



Ministério da Cultura

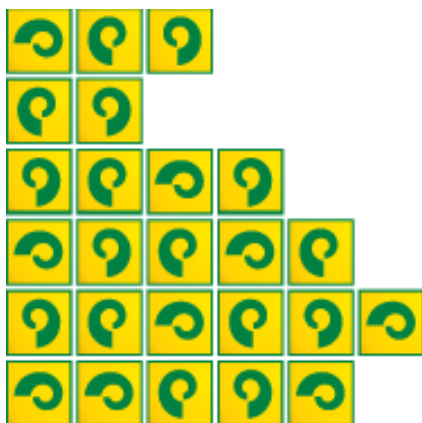
Conselho Nacional de Política Cultural

Esplanada dos Ministérios | Bloco “B” | 3º andar | Brasília - (DF)

Telefone: +55 (61) 2024-2361 – 2024-2302

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

**Ata da 17ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural - Dias 12 e 13/04/2012**



**Conselho  
Nacional de  
Política Cultural**

Setor Hoteleiro Sul Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade  
Corporate – Torre B – 12º - Sala de Reuniões

Brasília - DF

1 Aos doze dias de abril de dois mil e doze, no Edifício Parque Cidade  
2 Corporate, localizado no SCS, Quadra 09, Lote C, Torre B, 12º  
3 andar, Sala de Reuniões, em Brasília DF, se deu a 17ª Reunião  
4 Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC.  
5 Presentes: O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cultura,  
6 Vitor Ortiz, o Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de  
7 Política Cultural, João Roberto Peixe, o Senhor Secretário da  
8 Secretaria de Políticas Culturais, Sérgio Mamberti, a Senhora  
9 Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,  
10 Maria Helena Signorelli, a Senhora Adriana Zawada Melo, Ministério  
11 Público Federal, Ana Paulo Dourado Santa, Ministério da Cultura,  
12 Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, Ministério da Cultura, Anna  
13 Cynthia Aguiar Fernandes de Oliveira, Grupos de Institutos,  
14 Fundações e Empresas, Antônio Menezes Júnior, Ministério das  
15 Cidades, Victorino Coutinho Chermont de Mira, Instituto Histórico e  
16 Geográfico Brasileiro, Charles Narloch, Artes Visuais, Álvaro de Melo  
17 Salmito, Sistema S., Dulce Tâmara da Rocha Lamego e Silva,  
18 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de  
19 Ensino Superior, Fernando Sertã Maressi, Ministério do  
20 Planejamento, Maurício Boldrin Zampaulo, Ministério do  
21 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Josér Merege, Design,  
22 Amilton Pereira da Silva, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
23 Estaduais de Cultura, Helóisa Esser dos Reis, Arquivos, Isaac  
24 William Farias Loureiro, Culturas Populares, Jeferson Dantas  
25 Navolar, Arquitetura e Urbanismo, José do Nascimento Júnior,  
26 Ministério da Cultura, Juscelino Alves de Oliveira (Du Oliveira),  
27 Antônio José Amaral Ferreira, Culturas Afro-Brasileiras, Maria das  
28 Dores Conceição Pereira do Prado, Povos Indígenas, Maria Zaira  
29 Turchi, Entidades de Pesquisas, Nilton Aparecido Bobato, Livro,  
30 Leitura e Literatura, Ignácio José Kornowski, Confederação Nacional  
31 de Municípios, Pedro Carvalho Pontual, Secretaria-Geral da  
32 Presidência da República, Rosa Maria Leonardo Coimbra (Rosa  
33 Coimbra), Dança, Aldenir Paraguassú, Ministério do Meio Ambiente,  
34 Sérgio Duarte Mamberti, Ministério da Cultura, Cláudia Leitão,  
35 Ministério da Cultura, Virginia Lúcia da Fonseca Menezes, Teatro,  
36 Washington da Silva Queiroz, Patrimônio Imaterial, Antônio Carlos

37 Gonçalves, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da  
38 República. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da**  
39 **Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa**, com o quórum  
40 estabelecido, deu início à reunião cumprimentando a todos e  
41 convidando-os a tomarem os seus assentos. Em seguida, pediu  
42 licença à plenária para fazer uma saudação a todos em nome da  
43 equipe do Ministério, para que acontecesse uma ótima reunião.  
44 Informou que embora estivesse no início do ano, todas as áreas do  
45 Ministério estavam investindo muita dedicação aos temas da pauta,  
46 os temas prioritários relacionados à construção das Metas do Plano  
47 Nacional de Cultura. Informou que durante a reunião o Secretário  
48 Peixe iria fazer uma apresentação do Projeto de Lei Complementar  
49 que institui o Sistema Nacional de Cultura e que o Ministério, no  
50 período de 2012, estaria pretendendo fazer todos os trâmites  
51 internos do governo, para levá-lo à Casa Civil e depois ao Congresso  
52 Nacional. Informou que a PEC 416, que estava tramitando no  
53 Congresso, seria uma proposta de Emenda Constitucional muito  
54 importante, mas que não resolveria a questão, porque colocaria na  
55 Constituição a previsão da existência do Sistema Nacional de  
56 Cultura, formalizaria perante a Lei Geral, assim como estaria  
57 formalizado na Constituição como os demais sistemas, mas, no  
58 entanto, não se poderia prescindir dessa Lei Complementar.  
59 Ressaltou que essa era uma batalha muito importante, uma das  
60 principais na pauta legislativa no Congresso Nacional e que seria  
61 mais um projeto novo que estaria chegando ao Congresso Nacional.  
62 Em seguida, disse querer passar o informe a todos os conselheiros  
63 de que já estava sendo tratada no âmbito do Ministério da Cultura a  
64 construção dos mecanismos, instrumentos, institutos e da forma  
65 legal para se chegar ao momento que, com certeza, seria o auge do  
66 processo da construção do sistema, que seria a possibilidade de  
67 realmente haver uma transferência de recursos Fundo a Fundo,  
68 entre o Ministério da Cultura, os estados e os municípios em torno de  
69 uma pauta de execução construída, debatida junto com os  
70 municípios, indicando quais seriam as áreas, os programas  
71 prioritários para a realização conjunta, para a ação conjunta da União  
72 entre estados e municípios através do instituto. Ressaltou que esse,  
73 a seu ver, seria um dos temas mais importantes do momento atual  
74 da pauta do Ministério da Cultura. E para que isso seja viabilizado foi

75 construído no âmbito da Secretaria-Executiva do ministério um GT  
76 reunindo todas as secretarias e áreas do ministério afetas à  
77 discussão, principalmente a SAI, responsável pelo processo do  
78 Sistema Nacional de Cultura no Ministério da Cultura, que de uma  
79 forma mais célere e objetiva ir encarando cada uma das questões.  
80 Ressaltou que uma das ações seria agilizar a aprovação da PEC 416  
81 no Congresso e que só estaria faltando acertar um acordo entre os  
82 líderes em torno do texto redigido da PEC, que seria possível se  
83 conseguir isso no mês de abril. Informou que a ministra iria ao  
84 Senado no mês corrente, que iria aproveitar a oportunidade para ter  
85 uma reunião com o Presidente da Câmara para combinar a inclusão  
86 da PEC na pauta prioritária do Congresso para sua aprovação, teria  
87 também o tema da Lei Complementar e a construção da  
88 possibilidade de transferência de Fundo a Fundo. Ressaltou que  
89 para isso se realizar teria uma série de questões legais para  
90 instrumentalizar o processo, sendo uma delas estaria relacionada à  
91 legislação que regula a transferência de recursos entre os entes  
92 federados. A legislação precisaria ser adequada para poder fazer a  
93 transferência, superando o instrumento atual, instituto do convênio.  
94 Informou que o convênio era o instrumento atual que se fazia a  
95 parceria com os estados e municípios e como era complexo,  
96 burocrático, lento e exigia do Ministério da Cultura uma estrutura  
97 para operar o processo todo, desde o empenho até o  
98 conveniamento. Ressaltou que isso teria que ter no âmbito do  
99 Sistema Nacional de Cultura na transferência de Fundo a Fundo,  
100 mas certamente seria com menos burocracia, com a necessidade de  
101 fazer o acompanhamento e a prestação de contas. Que não teria  
102 como se chegar a esse modelo sem olhar como funciona o FUNDEB,  
103 a construção desse processo no SUS e os principais fundamentos.  
104 Em seguida explicou o funcionamento do SUS nos municípios.  
105 Informou que o modelo do SUS, apesar dos pesares, foi um grande  
106 avanço na área, funcionava bem, apesar de não existir nenhum  
107 sistema perfeito. Do mesmo modo o FUNDEB, da Educação. Mas  
108 ressaltou que existia no FUNDEB uma questão que precisaria ser  
109 conquistada no âmbito do governo e da estrutura do ministério, que  
110 seria um recurso especial para operar a transferência Fundo a  
111 Fundo. Que essa seria uma batalha que teria que se ter. Não  
112 bastaria construir legalmente, teria que se ter uma fonte de recurso

113 para garantir isso. Informou que o ministério estaria conseguindo isso  
114 devido ao esforço da Ministra Ana junto ao Ministério do  
115 Planejamento e também com um diálogo intenso com a Secretaria  
116 de Orçamento Federal, estaria encontrando algumas fórmulas para  
117 superar problemas pontuais. Ressaltou que a questão de buscar  
118 recurso especial de transferência de Fundo a Fundo do Sistema  
119 Nacional de Cultura será muito importante. E que num momento  
120 adequado seria preciso uma força de mobilização de todos os  
121 segmentos para garantir o recurso. Informou que ele poderia da  
122 aprovação do PROCULTURA no Congresso Nacional. Mas ressaltou  
123 que antes da aprovação e execução do PROCULTURA seria preciso  
124 conquistar o recurso especial para colocar isso aprovação. Em  
125 seguida pediu desculpas por ter se alongado no assunto, sugeriu que  
126 se passe para a pauta da reunião, disse que procuraria estar o maior  
127 tempo à disposição da plenária, mas devido a uma reunião só estaria  
128 de volta no final da tarde. Agradeceu e desejo uma boa reunião a  
129 todos. Em seguida passou a palavra ao Secretário João Roberto  
130 Peixe. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
131 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa,** manifestou-se  
132 cumprimentando a todos e disse esperar que a reunião tivesse um  
133 rendimento positivo. Em seguida antes de entrar na leitura da pauta  
134 fez a apresentação dos novos conselheiros, pois havia acontecido  
135 uma renovação na diretoria dos Fóruns de Secretários Estaduais e  
136 de Secretários de Capitais, Municípios e Regiões Metropolitanas.  
137 Que com relação ao Fórum dos Secretários Estaduais o novo  
138 Secretário seria o Senhor Amilton Pereira, do Distrito Federal, que  
139 havia informado não poder estar presente na reunião no período da  
140 manhã, mas que se faria presente no período da tarde. Que, então, o  
141 Senhor Amilton Pereira seria o novo Secretário do Fórum dos  
142 Secretários Estaduais de Cultura, juntamente com a Senhora  
143 Secretária Kátia Rocha, de Tocantins e Senhor Gilvane Felipe, do  
144 Estado de Goiás, seriam os representantes do fórum. Como  
145 suplentes o Senhor Luiz Antônio Assis Brasil, Secretário do Rio  
146 Grande do Sul, a Senhora Francis Alves, Secretária do Acre,  
147 Presidente da Fundação de Cultura do Estado do Acre e o Senhor  
148 Francisco Celestino de Souza Filho, mais conhecido como Chicão,  
149 que Secretário de Cultura do Estado de Rondônia. No Fórum dos  
150 Secretários das Capitais o novo Presidente seria o Senhor Nilton

151 Dornellas, Presidente da Fundação Cultural de João Pessoa e a  
152 Senhora Kely Cardoso, Suplente, que é de Sabará, Minas Gerais.  
153 Informou que o Fórum de Capitais, Municípios e Regiões  
154 Metropolitanas teria a Delegação do Fórum Nacional de Prefeitos  
155 para representar frente ao Conselho Nacional de Políticas Culturais.  
156 Informou que na vaga que era do Senhor Alcione estaria o Senhor  
157 Silvestre Ferreira, Presidente da Fundação de Joinville e como  
158 Suplente seria o Senhor Ivo Rezeck, de Suzano, Estado de São  
159 Paulo. **A Senhora Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral**  
160 **do Conselho Nacional de Política Cultura** manifestou-se  
161 informando que havia mais dois novos conselheiros que seriam o  
162 Senhor Fernando Sertã Meressi, do Ministério do Planejamento e a  
163 Senhora Adriana Zawada Melo, do Ministério Público Federal. Em  
164 seguida desejou boas-vindas aos novos conselheiros. **O Senhor**  
165 **João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
166 **Presidente da Mesa** em nome do conselho deu boas-vindas aos  
167 novos conselheiros. Em seguida passou para o segundo ponto da  
168 pauta que seria a aprovação das atas da 15ª, 16ª e 6ª Reuniões do  
169 Conselho e passou a palavra a Senhora Maria Helena para  
170 aprovação das atas. **A Senhora Maria Helena Signorelli,**  
171 **Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultura**  
172 manifestou-se informando que devido a alguns problemas de  
173 gravação a 15ª estaria sendo finalizada e enviada aos conselheiros,  
174 que a 16ª reunião, devido a problemas de contrato com a empresa  
175 responsável pela relatoria a ata não teria ficado pronta e a ata da 6ª  
176 reunião teria sido enviada para o email dos conselheiros no dia  
177 anterior à noite por meio eletrônico. Sugeriu que fosse passado para  
178 o dia seguinte a aprovação das atas para que os conselheiros  
179 pudessem ler e fazer suas observações. A sua sugestão foi acatada  
180 pela plenária. **A Senhora Heloísa Esser dos Reis, Arquivos,**  
181 informou que ainda não tinha sido aprovada a Ata da 5ª Reunião  
182 Extraordinária e que havia feito algumas considerações na ata, mas  
183 que a mesma acabou não sendo aprovada. **O Senhor João Roberto**  
184 **do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
185 sugeriu que fossem vistas as pendências para no dia seguinte deixar  
186 tudo resolvido. Em seguida perguntou à plenária se concordava com  
187 a inversão de pauta da aprovação das atas para o dia seguinte. Em  
188 havendo concordância da plenária, com duas abstenções a

189 aprovação da ata ficou para o dia seguinte. Em seguida o senhor  
190 secretário passou para o ponto seguinte da pauta que seria a  
191 apresentação da Ordem do DIA, Pedidos de Inversão de Pauta,  
192 Requerimentos de Urgência, Proposta de Moções, Recomendações  
193 e Resoluções. Informou que havia os pedidos de requerimento  
194 encaminhados pelos conselheiros, informou que seriam onze  
195 pedidos e gostaria de chamar atenção de que três desses  
196 requerimentos sendo eles o nº 1, nº 3 e nº 5 já haviam sido  
197 colocados na reunião passada, na reunião extraordinária, para  
198 estarem na pauta da presente reunião e por esse motivo eles já  
199 estariam em pauta e não precisariam ser votados para serem  
200 inclusos ou não na pauta. E que no caso só restariam oito pontos  
201 para serem votados se entrariam ou não na pauta da presente  
202 reunião. Informou que se o tempo não fosse possível por alguma  
203 razão se julgasse que os requerimentos não fossem submetidos à  
204 apreciação do plenário na reunião, automaticamente eles estariam  
205 na pauta da reunião seguinte de acordo com o Regimento do  
206 Conselho Nacional de Política Cultural. Em seguida solicitou a  
207 Senhora Maria Helena iniciasse a aprovação dos requerimentos  
208 começando pelo Requerimento nº 2. **A Senhora Maria Helena**  
209 **Signorelli, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de**  
210 **Política Cultura** manifestou-se fazendo a leitura dos requerimentos:  
211 Requerimento nº 2: Informação pela Assessoria Parlamentar do  
212 Ministério da Cultura sobre a situação atual das propostas de  
213 legislação cultural em tramitação no Congresso Nacional, como o  
214 PROCULTURA, Vale-Cultura, PECs, entre outras, incluindo ainda a  
215 Lei de Direitos Autorais, que ainda seguiu para o Congresso. **O**  
216 **Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
217 **Presidente da Mesa** perguntou se alguém signatário do  
218 requerimento gostaria de justificar, porque seria importante que fosse  
219 justificado o pedido de inclusão no ponto de pauta. Sugeriu que fosse  
220 uma coisa rápida e que se tivesse alguém contrário que também  
221 fizesse a sua argumentação para que fosse colocado em votação no  
222 plenário. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato, Livro, Leitura e**  
223 **Literatura** manifestou-se dizendo ser o signatário do requerimento.  
224 Informou que, na verdade, seria uma discussão já havia sendo feita  
225 já algum tempo no conselho e que a preocupação seria que com o  
226 encerramento dos mandatos não se tivesse informações claras sobre

227 o andamento de todos os projetos e toda questão de  
228 institucionalização das políticas de cultura no âmbito do Congresso  
229 Nacional. E também de que maneira o CNPC poderia ajudar no  
230 trâmite. Ressaltou que o requerimento era para reabrir a discussão  
231 por não haver respostas de alguns questionamentos que o conselho  
232 tinha e ver com o CNPC qual estaria sendo o procedimento do  
233 CNPC perante o trâmite desses processos. **O Senhor João Roberto**  
234 **do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
235 perguntou se alguém teria uma manifestação contrária à justificativa  
236 do Conselheiro Nilton. Em não havendo ninguém contrário colocou  
237 em votação a inclusão do Requerimento de Urgência nº 2 na pauta  
238 da presente reunião. Informou que o requerimento havia sido  
239 aprovado com uma abstenção. Em seguida informou que o  
240 Requerimento nº 3 já havia sido aprovado na reunião passada.  
241 Continuando passou para o Requerimento nº 4 que seria:  
242 Esclarecimentos sobre a formação de GT para tratar da Reforma da  
243 Lei nº 3.857/1960, que regulamenta a profissão de músico e cria a  
244 Ordem dos Músicos do Brasil, solicitada no final de 2010. Em  
245 seguida passou a palavra a Senhora Maria Helena que teria  
246 informações a dar sobre o assunto. **A Senhora Maria Helena**  
247 **Signorelli, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de**  
248 **Política Cultura** manifestou-se dizendo que teria que ser votado,  
249 mas que teria informações sim. Solicitou que fosse colocado em  
250 votação com alguém para justificar e alguém também que quisesse  
251 se colocar contrário à justificativa. **O Senhor Juscelino Alves de**  
252 **Oliveira (Du Oliveira), Música Erudita** informou que o pedido teria  
253 sido feito em 2010 e que até o momento não haviam tido resposta,  
254 que o processo estaria no Supremo e que a seu ver essa discussão  
255 deveria continuar para haver problema de desregularização na  
256 profissão de músicos. Informou já não ser fácil lidar com a profissão  
257 com a lei, por está defasada com a Constituição de 2008, mas que  
258 sem ela seria pior. Então, que o objetivo seria a adequação da lei da  
259 Constituição de 1988, para não ser julgada a revelia no Supremo,  
260 sem defesa por parte da área. Informou não estar tendo acesso à  
261 discussão no Supremo. Sugeriu, dizendo ser preciso, que o Governo  
262 Federal como autor da lei tomasse alguma providência e que  
263 gostaria de ver a articulação entre os ministérios os músicos  
264 interessados para se ter um bom fim. **O Senhor José do**



265 **Nascimento Júnior, Ministério da Cultura**, manifestou-se  
266 sugerindo um encaminhamento para a presente discussão. Informou  
267 que as questões no Supremo seriam acompanhadas pela AGU e  
268 que, no caso, gostaria de sugerir ao Ministério da Cultura fizesse um  
269 procedimento a AGU se posicionando em relação à lei pedindo que  
270 se pudesse acompanhar a discussão como parceira da AGU no  
271 Supremo na defesa da lei dos itens relativos a essa lei. Seguindo o  
272 posicionamento do próprio ministério. Informou que a AGU  
273 costumava tomar esse procedimento de parceria e ressaltou que  
274 seria muito bom, por parte do ministério, se somar a AGU, enquanto  
275 Ministério da Cultura na defesa e no acompanhamento da discussão.  
276 **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral**  
277 **e Presidente da Mesa** manifestou-se sugerindo, para não entrar no  
278 mérito da discussão, que as propostas fossem discutidas durante a  
279 discussão do tema. Que no momento a decisão seria se iria incluir ou  
280 não o requerimento de urgência na pauta da presente reunião. E que  
281 se alguém fosse contrário ao item que se manifestasse, mas sem  
282 entrar no mérito da questão. Em não havendo pronunciamento  
283 contrário colocou em votação. Informou que o Requerimento nº 4  
284 havia sido aprovado com uma abstenção. Em seguida disse que o  
285 Requerimento nº 05 já estaria na pauta e passou ao Requerimento nº  
286 6 que seria: Disponibilidade do vídeo com o registro da 6ª Reunião  
287 Extraordinária. Ressaltou não saber se isso seria um ponto de pauta  
288 e sim uma solicitação. Informou que o vídeo estaria disponível para  
289 que alguém tivesse acesso a ele. Solicitou que o signatário do  
290 requerimento justificasse o objetivo do requerimento. **O Senhor**  
291 **Nilton Aparecido Bobato, Livro, Leitura e Literatura** manifestou-  
292 se dizendo que havia feito o requerimento na última reunião  
293 extraordinária e disse acreditar que não haveria discussão. Era só  
294 ver se o vídeo estaria disponível e como se faria para ter acesso ao  
295 registro. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cultura,**  
296 **Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que essa  
297 era uma situação que deveria haver uma regulação. Que tudo no  
298 ministério era público, qualquer um poderia requisitar, ainda mais um  
299 membro do Conselho Nacional de Política Cultural. Mas disse achar  
300 que se deveria pensar numa maneira de regulação para se evitar  
301 que a fita tivesse uma má utilização, apesar de responsabilidade ser  
302 de quem pegou a fita. Sugeriu como encaminhamento uma sugestão

303 de solicitar ao Senhor Péret para orientá-los de como se faria esse  
304 manejo. Informou que o documento público da reunião seria a ata e  
305 que qualquer outro seria um documento especial. E, no caso, sendo  
306 especial qual seria o procedimento? Mas que apesar de tudo não era  
307 para ninguém pensar que o ministério estaria contra a proposta do  
308 conselheiro. E que ficou pensando que como a reunião do conselho  
309 seria um colegiado com os seus representantes presentes não teria  
310 audiência pública. E que, no caso, teria uma série de questões que  
311 teriam que ser consultadas para ser tomada uma decisão correta. **A**  
312 **Senhora Virginia Lúcia da Fonseca Menezes**, manifestou-se  
313 cumprimentando a todos. Ressaltou que todas as preocupações  
314 seriam procedentes, mas gostaria de fazer um alerta de que teria  
315 que se avançar no conselho, poderia até se discutir no conselho,  
316 mas não se poderia esquecer de que as reuniões do Congresso  
317 eram públicas, que a Reunião da CNIC era no site e poderia ser  
318 salva e disse não achar que o era discutido e debatido no conselho  
319 estaria destoando de outras reuniões. **O Senhor Secretário-**  
320 **Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da**  
321 **Mesa** manifestou-se perguntando se a disponibilização do vídeo da  
322 reunião que estava ali colocado seria suficiente e sugeriu que a  
323 questão colocada necessitaria de uma discussão mais ampla, talvez,  
324 no próprio regimento interno em outro momento. Informou que  
325 depois da atualização do Decreto nº 5.520 deveria haver uma  
326 discussão das questões levantadas. Perguntou se só a fita, como  
327 colocado, seria suficiente e que, então, no caso o ponto não  
328 precisaria ser incluído na pauta da reunião. **O Senhor Charles**  
329 **Narloch, Artes Visuais**, disse acreditar que se a gravação fosse  
330 disponibilizada conforme o Secretário Peixe havia colocado, não  
331 necessidade de inclusão na pauta. Mas que pela argumentação do  
332 Secretário Vitor, de que a questão deveria ser melhor discutida, que,  
333 no caso, então, defendia a inclusão na pauta por ser um assunto que  
334 precisaria ser melhor discutido. **A Senhora Virginia Lúcia da**  
335 **Fonseca Menezes**, manifestou-se dizendo que gostaria de  
336 complementar a sua fala dizendo que todos como partícipes do  
337 debate teriam, até reconhecido, não estaria dizendo o contrário, de  
338 que havia um direito de voz e, inclusive, de imagem e que o acesso  
339 de todos seria automático. Porque estaria se tratando das vozes e da  
340 imagem de todos. Disse que isso não estava sendo questionado.

341 Disse que todos esperavam ter a reformulação regimental, mas que  
342 não fosse por decreto. Essa seria a esperança de todos para com  
343 isso ter uma lei do conselho. **O Senhor Secretário-Executivo do**  
344 **Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa**  
345 manifestou-se dizendo que só para complementar a opinião do  
346 ministério seria de que todos os fóruns do país seriam transmitidos  
347 até pela televisão, internet. Disse que o conselho também merecia  
348 ter a reunião transmitida, mas que o ministério ainda não havia  
349 elaborado e nem instrumentalizado isso no conselho. Ressaltou que  
350 no caso, então, não haveria necessidade de se pedir a fita. E disse  
351 achar que quanto mais difundida a reunião melhor seria. Sugeriu que  
352 a seu ver o passo certo seria a transmissão pela internet. **O Senhor**  
353 **José do Nascimento Júnior, Ministério da Cultura**, disse que  
354 gostaria de fazer um encaminhamento para a discussão. Informou  
355 que isso não estava no regimento, não havia uma regulamentação,  
356 então, deveria haver uma regulamentação dizendo como isso  
357 poderia ser usado. Sugeriu que a Assessoria Jurídica do Ministério  
358 da Cultura fizesse uma proposta de regulamentação e apresentasse  
359 ao conselho para uma discussão da proposta de regulamentação do  
360 uso da imagem durante as reuniões do conselho. E com isso se  
361 saberia a regra do jogo em relação ao uso da imagem. Disse não  
362 achar muito prudente liberar a imagem sem uma regra. **O Senhor**  
363 **Washington da Silva Queiroz, Patrimônio Imaterial**, solicitou uma  
364 questão de ordem e falou que qualquer encaminhamento para a  
365 questão só poderia ser feito depois da questão votada para depois  
366 se entrar no mérito. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
367 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** disse que acatava  
368 a sugestão do Conselheiro Washington e que, no caso, estava  
369 aberta a votação do requerimento. Em seguida informou que com  
370 uma abstenção o requerimento nº 6 foi aprovado e colocado na  
371 pauta da reunião. Continuando passou ao Requerimento nº 7 que  
372 seria: Detalhamento do orçamento do MinC para 2012, incluindo a  
373 execução dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, considerando  
374 todas as áreas representadas no CNPC e as unidades executoras do  
375 Sistema MinC correspondentes (secretárias e vinculadas). Perguntou  
376 se algum dos signatários gostaria de fazer à justificativa da inclusão  
377 do ponto na pauta. **O Senhor Jeferson Dantas Navolar,**  
378 **Arquitetura e Urbanismo**, manifestou-se cumprimentando a todos.

379 Disse que gostaria de fazer a justificativa considerando no site do  
380 MinC havia uma apresentação das diretrizes de todas as vinculadas,  
381 de todos os programas, com valores, responsabilidades, mas não  
382 havia citação da participação do conselho. Ressaltou que o Conselho  
383 Nacional de Política Cultural, por questão de regimento, teria como  
384 responsabilidade a fiscalização, a proposição de diretrizes para as  
385 políticas. Que, então, nesse sentido reiterava a solicitação de que  
386 houvesse esse detalhamento, a disponibilização das informações  
387 para os conselheiros para que em primeira instância pudessem fazer  
388 a defesa das proposições junto à comunidade e junto à sociedade. E  
389 em última instância questioná-la, em atendimento ao regimento,  
390 fiscalizá-lo. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
391 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** manifestou-se perguntando  
392 que se após a justificativa se havia alguém contrário à mesma. Em  
393 não havendo colocou em votação. Em seguida informou que o  
394 Requerimento nº 7 havia sido aprovado por unanimidade a sua  
395 inclusão na pauta. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério**  
396 **da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** manifestou-se  
397 informando a chegada do Secretário de Cultura do Distrito Federal,  
398 Amilton Pereira, o mais novo membro do conselho, Representante  
399 do Fórum de Secretários Estaduais. Em seguida parabenizou o  
400 Secretário Amilton e agradeceu a disposição de estar na reunião  
401 apesar da sua agenda. E ressaltou que a sua contribuição era muito  
402 significativa. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
403 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** passou ao Requerimento nº  
404 8 que seria: Informação pelo MinC sobre atividades e eventos  
405 culturais a serem realizados pelo ministério, direta ou indiretamente,  
406 no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre  
407 Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, a se realizar de 20 a 22 de  
408 junho de 2012 e que nunca foram discutidas pelo conselho. Em  
409 seguida perguntou se algum signatário gostaria de justificar. **O**  
410 **Senhor Isaac William Farias Loureiro, Culturas Populares,**  
411 cumprimentou a todos e informou que o requerimento teria partido da  
412 área de culturas populares e indígenas devido à preocupação da  
413 definição das ações relacionadas à área cultural dos grandes  
414 eventos como a Copa, as Olimpíadas e a Rio +20. Informou que a  
415 área de culturas populares havia tido uma reunião com a Secretária  
416 Márcia Rollemberg e lhes foi informado que já havia uma proposta de

417 programação para a Rio +20, mas que a área estaria querendo saber  
418 mais detalhes sobre o evento e de como a sociedade civil iria  
419 participar na construção das ações sendo elas promovidas pelo  
420 Ministério da Cultura no âmbito dos eventos. Que até o presente  
421 momento só tinha acontecido uma reunião no conselho sobre as  
422 ações da Copa do Mundo e não havia tido mais informações, só  
423 estariam acompanhando as notícias pela imprensa de que já se teria  
424 definido algumas ações e alguns projetos já teriam sido  
425 encaminhados. Por isso a solicitação de inclusão do requerimento na  
426 pauta, para que se pudesse informações mais claras a cerca do  
427 assunto e para saber como iria ser a participação da sociedade, do  
428 segmento nesses eventos. **O Senhor Secretário-Executivo do**  
429 **Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa**  
430 manifestou-se dizendo que era muito importante poder comunicar o  
431 que estaria se fazendo com relação ao assunto e como era de  
432 máxima urgência sugeriu que o ponto não ficasse para a próxima  
433 reunião e que durante a reunião fosse feito algum informe sobre  
434 todas as questões e que isso ficasse a critério da direção da Mesa  
435 para ver o momento mais adequado. **O Senhor João Roberto do**  
436 **Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
437 sugeriu que após a leitura de inclusão de todos os requerimentos  
438 poderá ser tratada a questão da sequência da ordem poderia haver  
439 uma inversão de pauta. Em seguida colocou o Requerimento nº 8 em  
440 votação. Continuando informou que o Requerimento nº 8 teria sido  
441 aprovado com duas abstenções. Em seguida passou ao  
442 Requerimento nº 9 que seria: Esclarecimentos sobre a participação  
443 da sociedade civil nos comitês gestores do FNC, para os quais  
444 fomos convidados a participar em 2010, depois de definições  
445 realizadas em Plenário, pois até o momento não fomos informados  
446 sobre a possível alteração do regulamento e a possível inclusão dos  
447 setores representantes da sociedade civil. Solicitou que o signatário  
448 fizesse a justificativa do requerimento. **O Senhor Charles Narloch,**  
449 **Artes Visuais,** manifestou-se dizendo que todos seriam signatários,  
450 mas gostaria de propor uma questão de encaminhamento para  
451 facilitar. Disse que a seu ver esse item teria a possibilidade de ser  
452 discutido quando fosse discutido o Requerimento nº 7, a discussão  
453 sobre o orçamento que estaria no Requerimento nº 7. E que o seu  
454 encaminhamento seria para agregar o Requerimento nº 9 ao

455 Requerimento nº 7. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
456 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** perguntou se  
457 alguém teria uma proposta contrária à apresentada e como não tinha  
458 o encaminhamento seria juntar o Requerimento nº 9 ao  
459 Requerimento nº 7. Em seguida colocou em votação e a proposta de  
460 encaminhamento do Requerimento nº9 foi aprovada com uma  
461 abstenção. Sendo a aprovação pela inclusão do Requerimento nº 9  
462 no ponto de pauta do Requerimento nº 7. Em seguida passou ao  
463 Requerimento nº 10 que seria: Esclarecimento por parte do MinC e  
464 sua assessoria jurídica sobre o cancelamento de vários editais  
465 públicos lançados pelo Ministério em 2009 e 2010, cujos resultados  
466 já haviam sido publicados oficialmente e que não foram pagos.  
467 Solicitou que fosse feita a justificativa do requerimento. **O Senhor**  
468 **Cláudio Péret, Consultor Jurídico do Ministério da Cultura,**  
469 manifestou-se sugerindo como encaminhamento que fosse feito um  
470 esclarecimento sobre quais pareceres seriam porque havia feito uma  
471 consulta e só havia encontrado dois pareceres. E seria bom que  
472 fosse dito quais seriam esses pareceres até para que a jurídica  
473 pudesse correr atrás de informações, porque no banco de dados só  
474 estariam constando dois pareceres. **A Senhora Márcia Helena**  
475 **Gonçalves Rollemberg, Ministério da Cultura,** manifestou-se  
476 dizendo que seriam três requerimentos cancelados, que já havia  
477 entregue ao conselho um copilado, uma resposta ao conselho,  
478 Boletim de Balanço dos Programas e se colocou à disposição para  
479 quaisquer esclarecimentos. Disse que havia informação sobre todos  
480 os editais, principalmente pelo Edital nº 4, polêmico, que não havia  
481 sido cancelado, mas estaria sobestado. **O Senhor Isaac William**  
482 **Farias Loureiro, Culturas Populares,** manifestou-se dizendo que a  
483 justificativa do requerimento seria devido a uma discussão já  
484 acontecida durante um tempo e já havia sido apresentada ao  
485 conselho as questões dos motivos do cancelamento, mas o que  
486 estava se querendo saber seria a razão dos editais terem sido  
487 cancelados e quem seria a responsabilidade por isso. Informou que o  
488 cancelamento dos editais havia causado prejuízos para o segmento  
489 de Culturas Populares, aos Mestres que haviam criado expectativa  
490 de recebimento dos prêmios, que nunca receberam e que, inclusive,  
491 alguns já teriam morrido sem ter tido uma resposta definitiva do  
492 ministério. Ressaltou ter havido falha na informação aos

493 proponentes. Informou que uma série de eventos foram feitos  
494 contando com o dinheiro do prêmio e isso teria causado muitos  
495 problemas. E que gostaria de saber qual seria a responsabilização  
496 dos envolvidos que levaram os editais a serem cancelados porque  
497 teriam que ser dada uma justificativa as pessoas que participaram  
498 dos editais. **A Senhora Márcia Helena Gonçalves Rollemberg,**  
499 **Ministério da Cultura,** manifestou-se dizendo que nos informes  
500 constava os processos, que havia sido aberta sindicâncias, inclusive,  
501 processo administrativo. E que com relação ao Prêmio de Cultura  
502 Popular disse que estaria para acontecer o cancelamento, mas que o  
503 ministério gostaria de explicar aos participantes dos editais, já para a  
504 edição do prêmio de 2012, e ressaltou que nos informes já constava  
505 a explicação do porque do cancelamento de todos os editais. **O**  
506 **Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
507 **Presidente da Mesa** colocou em votação o Requerimento nº 10. Em  
508 seguida informou que o Requerimento nº 10 havia sido aprovado  
509 com uma abstenção. Continuando passou ao Requerimento nº 11  
510 que seria: Esclarecimentos sobre os atos aprovados em plenário na  
511 6ª Reunião Extraordinária do CNPC, realizada nos dias 28 e 29 de  
512 fevereiro e que não foram executados como, por exemplo, o  
513 Calendário, o Quadro de Critérios para a Renovação dos Colegiados  
514 e a ampla divulgação a tudo que foi deliberado, entre outras  
515 decisões. Solicitou que fosse feita a justificativa do requerimento. **A**  
516 **Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra, Dança,** manifestou-se  
517 dizendo que havia colocado as pessoas que o edital sairia dia 15 de  
518 março e que as pessoas ficavam cobrando quais seriam os critérios  
519 e que o ministério não havia dado nenhuma resposta. Informou que  
520 havia enviado diversos emails e não havia recebido resposta para  
521 orientar os setores. E que devido ao pouco tempo que havia para  
522 fazer a renovação dos colegiados e que todos gostariam que a  
523 renovação tivesse uma ampla divulgação para ser legítimo e  
524 democrático. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
525 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** informou que para efeito de  
526 objetividade se alguém tivesse algum comentário a fazer que fizesse.  
527 **O Senhor Washington da Silva Queiroz, Patrimônio Imaterial**  
528 manifestou-se concordando com a colocação da Conselheira Rosa e  
529 que isso estaria trazendo uma série de constrangimento a todos e  
530 que o assunto merecia uma dedicação, um carinho porque estaria

531 trazendo uma série de constrangimentos aos representantes e  
532 também ao Conselho. **O Senhor Charles Narloch, Artes Visuais**  
533 concordou com as colocações dos conselheiros e que gostaria de  
534 aproveitar a oportunidade e agradecer a Conselheira Rosa por tê-lo  
535 substituído na relatoria da reunião anterior, mas gostaria de fazer  
536 uma proposta de encaminhamento. Informou que existia um item na  
537 pauta, o item F, Indicações para composição da Comissão  
538 Organizadora Nacional do Processo Eleitoral do CNPC e seus  
539 Colegiados, que, no caso, poderia fazer uma fusão desse item com o  
540 Requerimento nº 11. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
541 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** informou que seria  
542 uma proposta de fusão como havia sido feita antes em outro  
543 requerimento. Perguntou se alguém discordava do encaminhamento  
544 do Conselheiro Charles e em não havendo colocou o Requerimento  
545 nº 11, com a sugestão de fusão com o Item F da pauta da reunião.  
546 Em seguida informou que o Requerimento nº 11 havia sido aprovado  
547 por unanimidade. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato, Livro,**  
548 **Leitura e Literatura** manifestou-se dizendo que como haviam  
549 recebido a pauta naquele momento acreditou que alguns assuntos já  
550 estariam na pauta. Ressaltou que o Requerimento nº 2, aprovado,  
551 poderia ter sido incluído no item I da pauta, Informação sobre a  
552 situação atual da proposta de Projeto de Lei do Sistema Nacional de  
553 Cultura. Disse que seria desnecessário abrir o debate do item e  
554 depois o debate do requerimento. Disse não saber se poderia se  
555 voltar atrás e fazer a fusão do Requerimento nº 2 com o Item A da  
556 pauta. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
557 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** informou que se isso  
558 simplificaria e racionalizaria o trabalho. Disse que a Mesa acataria  
559 essa sugestão. Informou que no momento teria que ser tratado à  
560 ordem de pauta dos pontos, que seriam muitos, sugeriu que algumas  
561 questões de alguns itens seriam tratados por algumas pessoas do  
562 ministério, mas não estariam presentes na reunião ou não poderiam  
563 estar presentes nos dois dias como no caso o Senhor Victor, o  
564 Senhor Sérgio Mamberti e a Senhora Márcia Rollemberg que não  
565 estaria na parte da tarde, mas se faria presente no dia seguinte.  
566 Sugeriu que se começasse com os dirigentes que estavam presentes  
567 na reunião e que não poderiam estar presentes no dia seguinte. **O**  
568 **Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz**



569 **e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que gostaria de ser  
570 aproveitado no momento porque não poderia fazer parte da reunião  
571 na horário da tarde. Que por esse motivo gostaria de dar  
572 informações sobre a Rio +20 e da questão do tema da pauta  
573 parlamentar. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
574 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** ressaltou que seria  
575 importante, também, o Item C da pauta ser tratado com a presença  
576 do Secretário Vitor e a questão do orçamento também. **O Senhor**  
577 **Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e**  
578 **Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que poderia começar  
579 pelos informes da Rio +20 e da pauta parlamentar antes do  
580 encerramento da reunião no horário da manhã. **O Senhor Charles**  
581 **Narloch, Artes Visuais** informou que gostaria de sugerir uma  
582 inversão de pauta. Disse que gostaria de fazer uma inversão da  
583 pauta para aproveitar a presença dos dirigentes do MinC em  
584 algumas questões que precisaria ser levada à discussão. Sugeriu  
585 que a questão B fosse invertida e colocada em primeiro lugar porque,  
586 na realidade, teria sido encaminhada como Requerimento nº 1 dos  
587 requerimentos encaminhados pelos conselheiros da sociedade civil.  
588 E finalizou sugerindo que essa questão fosse colocada em primeiro  
589 lugar para discussão para aproveitar a presença dos gestores do  
590 MinC, porque a questão dizia respeito a todos os gestores. Da  
591 mesma forma disse gostaria de propor a inversão do Item F para  
592 segundo ponto de pauta, porque não haviam recebido respostas do  
593 MinC para ser repassada as bases que os estariam cobrando. **O**  
594 **Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
595 **Presidente da Mesa** informou que o Secretário Vitor só poderia  
596 estar de volta à reunião no final do período da tarde. **O Senhor**  
597 **Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e**  
598 **Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que haveria um  
599 encontro de ministros e que ele estaria que estar presente. Disse que  
600 gostaria de participar da discussão do Item B. Sugeriu que no  
601 período da tarde fosse tratado o item A da pauta pelo Secretário  
602 Peixe. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
603 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** sugeriu que fosse  
604 estabelecido um teto para o término da reunião no período da  
605 manhã, no que ficou decidido que seria às 13h. Sugeriu que fosse  
606 discutido o Item B e solicitou que algum dos signatários fizesse

607 algum comentário sobre a colocação do item na pauta. **O Senhor**  
608 **Nilton Aparecido Bobato, Livro, Leitura e Literatura** manifestou-  
609 se dizendo que esse item havia sido colocado na última Reunião  
610 Extraordinária do CNPC e que não havia sido possível a sua  
611 discussão. Informou que esse era tema um debate que os  
612 conselheiros do conselho gostariam que fosse respondida algumas  
613 perguntas, mas que a preocupação maior teria sido uma declaração  
614 que a ministra havia feito, no final do ano passado, no Jornal Folha  
615 de São Paulo, porque vários membros do conselho haviam  
616 protocolado uma carta solicitando uma reunião com a Presidência da  
617 República para tratar situações ligadas ao ministério. Informou que  
618 na carta não havia nenhum tipo de julgamento, que o texto teria sido  
619 sucinto, justamente, para evitar qualquer interpretação do assunto.  
620 Informou que não havia entendimento por parte da gestão do MinC  
621 com o papel do conselho. Ressaltou que o conselho poderia ser  
622 muito mais utilizado pelo MinC numa construção de parceria, ao  
623 invés da maneira que estaria sendo utilizado. E que, às vezes, os  
624 jornais publicavam coisas que eram ditas e por esse motivos eles  
625 gostariam de saber se em dezembro a Ministra Ana teria dado  
626 mesmo essa entrevista ao jornal Folha de São Paulo, dizendo que a  
627 carta feita por alguns membros do CNPC e endereçada a  
628 Presidência da República seria de algumas pessoas de oposição  
629 sistemática a sua gestão no MinC. Continuando informou que  
630 nenhum conselheiro nunca havia feito oposição sistemática. Que,  
631 inclusive, em algumas manifestações que haviam surgido durante o  
632 ano de 2010 sobre as dificuldades de gestão, nenhum conselheiro  
633 havia se colocado favorável a essas manifestações. Informou que  
634 todos haviam ficado surpresos com a declaração na imprensa, que  
635 havia causado revolta em muitas pessoas pelo motivo simples de  
636 que algumas pessoas que haviam assinado a carta teriam  
637 participado do momento político de eleição da Presidenta Dilma e  
638 que todos acreditavam no processo. Ressaltou que todos sempre  
639 quiseram ser tratados como partícipes do processo e não como  
640 oposição a ele. Sugeriu que a discussão se iniciasse a partir dessa  
641 questão. **A Senhora Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes, Teatro**  
642 manifestou-se dizendo que gostaria de fazer uma observação. Disse  
643 que concordava com a colocação do Conselheiro Nilton. E que como  
644 cidadã sentia falta e que deveria haver a capacitação periódica sobre

645 a democratização do conselho. E que se trocava o gestor e por mais  
646 preparação que o gestor tivesse teria que haver, sim, a capacitação.  
647 E que a seu ver isso teria que ser feito tanto para conselheiros, como  
648 para gestores. Que estaria evocando o seu espírito colaborativo para  
649 não se perder o que já havia sido conseguido e que as palavras não  
650 substituíssem as ações, condutas e as atitudes. E que o se queria  
651 era o avanço da cultura. Informou saber que muitos dos problemas  
652 não dependeria do ministério, mas, talvez, dependesse de uma visão  
653 tecnicista do governo de estar tentando acertar e que por apoiarem  
654 se sentiam no direito de fazer críticas, por serem construtivas, que  
655 faziam parte do jogo democrático e político. Que em sua opinião teria  
656 que se refazer, reconduzir, retomar a política pública com a  
657 participação da sociedade, porque qualquer movimento não sendo  
658 nesse sentido seria levado ao caos, à diminuição da importância de  
659 tudo o que havia sido construído. Disse ser uma mulher que não  
660 esperava continuidade do governo, mas sim avanços. E que o  
661 discurso de que se queria continuidade seria muito pouco para o que  
662 se queria, porque estagnar significava, às vezes, estagnar. Que o  
663 que se queria era um conselho estabelecido com lei. E que o teria  
664 que se discutir seria uma retomada. **O Senhor Antônio José**  
665 **Amaral Ferreira, Culturas Afro-Brasileiras** cumprimentou a todos.  
666 Concordou com a fala da Conselheira Virgínia e do Conselheiro  
667 Nilton. Disse que, às vezes, era chamado de vagabundo no seu  
668 estado por largar os seus afazeres para se fazer presente na reunião  
669 do conselho. Falou também que as pessoas deveriam tomar cuidado  
670 ao usar as palavras para com isso não machucar alguém. Disse ao  
671 Secretário Vitor ter ficado chateado com a forma de tratamento que  
672 ele havia dado ao plenário na reunião passada. Ressaltou que não  
673 era opositor independente do gestor e que o defendia era um projeto  
674 político. **O Senhor Charles Narloch, Artes Visuais** manifestou-se  
675 pedindo desculpas a todos os gestores do MinC presentes na  
676 reunião, como membros do conselho, lamentou profundamente a  
677 presença da Ministra Ana, principalmente na discussão em questão e  
678 também pela ministra ser a presidente nata, isso não desprezando a  
679 presença do Secretário Vitor, mas que a ministra estivesse presente  
680 para poder haver um debate amplo, democrático e civilizado sobre a  
681 questão sobre a crise dos representantes da sociedade civil e o  
682 MinC, mas mais especificamente com a Ministra Ana. Ressaltou que

683 se fosse, apenas, para se basear por uma declaração da ministra à  
684 Folha de São Paulo já seria o bastante, mas seria restrito a uma  
685 informação da imprensa. Informou que não havia estado presente na  
686 reunião anterior, mas que leu na ata, na linha 149, a reposta da  
687 Ministra Ana com relação ao assunto da declaração à Folha de São  
688 Paulo e que no caso seria um dos dezessete que estariam sendo  
689 vistos pelo ministério como opositor sistemático a gestão da ministra.  
690 Mas, na realidade não seria opositor. E que todos seriam defensor  
691 de um sistema que havia sido construído e defendido pelo Ministério  
692 da Cultura ao longo dos anos. Que a seu ver faltou habilidade  
693 política no encaminhamento das questões que resultou num pedido  
694 de audiência diretamente à Presidência e segundo a declaração da  
695 ministra não só com relação à declaração a imprensa, mas também  
696 pela forma como a ministra respondeu as indagações feitas pelos  
697 conselheiros na reunião passada. Disse lamentar que as coisas  
698 tivessem chegado a esse ponto, mas acreditava ser possível buscar  
699 uma solução política para resolver a situação, mesmo com a saída  
700 dos conselheiros e que, no caso, se teria um processo eleitoral pela  
701 frente e as bases estariam muito desmotivadas a participar do  
702 processo porque não vêm uma resposta por parte do ministério que  
703 oferecendo uma garantia de que todo trabalho feito desde 2003, com  
704 a construção das câmaras, dos planos setoriais, dos novos  
705 colegiados fossem vistos como essenciais ao ministério. E com isso  
706 se vivia numa constante dúvida, porque estariam vendo o ministério  
707 encaminhar o Sistema Nacional de Cultura, prevendo de maneira  
708 exemplar a continuidade de tudo isso que se consolida, mas que na  
709 prática, na relação dos conselheiros com a ministra não estaria  
710 acontecendo. **O Senhor Washington da Silva Queiroz, Patrimônio**  
711 **Imaterial** manifestou-se dizendo acreditar que o colegiado teria uma  
712 disposição para entender e tentar contribuir para corrigir possíveis e  
713 eventuais desacertos, pronunciamentos e encaminhamentos  
714 incorretos que por ventura viessem a acontecer, inclusive, por parte  
715 da ministra. Ressaltou acreditar que o conselho seria uma instância  
716 maior para que o MinC viesse a dar satisfação. Se o ministério  
717 entender que dando essas satisfações se fortaleceria seria possível  
718 se avançar e contribuir com a condução de uma Política Nacional de  
719 Cultura. Disse lamentar caso acontecesse o contrário. **O Senhor**  
720 **José do Nascimento Júnior, Ministério da Cultura** disse que seria

721 necessário se avançar nesse debate, avançar no sentido de superar  
722 as dificuldades. E que a dificuldade não seria nem dos  
723 representantes da sociedade civil e nem só do Ministério da Cultura,  
724 mas que a dificuldade seria do conselho. E que o conselho em  
725 dificuldade seria ruim para a cultura, uma área frágil do ponto de  
726 vista da construção de políticas públicas, do seu orçamento, da sua  
727 institucionalidade. Ressaltou que teria que haver um fortalecimento  
728 disso. E que fortalecer não seria ter um conselho pelego, os  
729 membros da sociedade civil pelego, mas, sim, ter os membros da  
730 sociedade civil parceiros nas questões que pudessem ser parceiros e  
731 críticos nas questões que tivessem que ser críticos. Que as críticas  
732 do governo com relação à sociedade civil e da sociedade civil com  
733 relação ao governo teriam que ser solidárias, para que não haver  
734 quebra nas relações. Que tudo deveria ser entendido de forma  
735 solidária. De uma forma colocada no sentido da construção e do  
736 aprimoramento das políticas do ministério e da ação da própria  
737 sociedade civil em relação a essas políticas. E que este deveria ser o  
738 sentido de um conselho. Ressaltou que o caráter do conselho seria  
739 de um conselho gestor, seria um instrumento da gestão da política  
740 pública. Informou que a ministra não era contra o conselho, que o  
741 conselho não seria contra a gestão do ministério, o que ele queria  
742 era contribuir com a gestão. E o que estaria se discutindo seria um  
743 procedimento de relação e de entendimento tanto do ministério,  
744 quanto do conselho. Que se deveria tranquilizar as almas no sentido  
745 de haver uma construção de uma política pública dentro do conselho,  
746 um setor muito frágil do ponto de vista da construção de uma política  
747 pública. Que quanto mais houvesse divisão não haveria o  
748 fortalecimento. E quanto mais se convergisse mesmo com  
749 diferenças, mesmo com diversidades internas estariam se  
750 fortalecendo. Ressaltou que o ministério precisa do conselho com  
751 relação ao seu orçamento, para fortalecimento das políticas setoriais,  
752 precisaria do conselho o tempo inteiro no fortalecimento e que a  
753 ministra teria esse conhecimento e o ministério também. E que em  
754 sua opinião deveria haver a repactuação das relações para que se  
755 saísse em outro patamar tanto aos conselheiros presentes e dos que  
756 viriam. E que deveria haver construção da unidade na diversidade. **A**  
757 **Senhora Ana Paula Dourado Santana, Ministério da Cultura**  
758 manifestou-se cumprimentando a todas e a todos. Informou que

759 gostaria de se somar a fala da Conselheira Virginia. E que também  
760 sentia falta da ação de capacitação e de entendimento real do que  
761 seria o CNPC, de como poderia se potencializar cada vez mais o  
762 conselho com o seu objeto principal estabelecido na lei da sua  
763 constituição. Que antes de tudo o CNPC seria um órgão colegiado  
764 do Ministério da Cultura e que por isso deveria haver muita  
765 serenidade, muita responsabilidade quando se compõe o conselho.  
766 Ressaltou que o CNPC era um órgão assessor do ministério na  
767 formulação da política pública. E que a seu ver o conselho deveria  
768 meias culpas do lado público, da representação da sociedade civil,  
769 pela formação, pelo andamento que se deu aos processos discutidos  
770 no CNPC. Que os conselheiros do poder público, principalmente os  
771 do Ministério da Cultura falavam em nome do Sistema Ministério da  
772 Cultura. Ressaltou que o Sistema e a Ministra Ana de Hollanda, que  
773 sempre deixou muito claro, a importância da integração e da  
774 responsabilidade de cada agente do Sistema MinC. E que quando  
775 falava, como Secretária do Audiovisual, como conselheira estaria  
776 falando em nome do Ministério da Cultura e isso era um sistema de  
777 construção e de consenso. E que a seu ver o conselho seria um  
778 órgão espetacular no momento em que se começasse a praticar a  
779 busca dos consensos na construção da política pública. Respeitando  
780 as diferenças, as opiniões, mas tendo claro o sentido que havia  
781 ficado na fala de cada conselheiro que haviam se pronunciado até o  
782 momento, de que todos teriam em comum o consenso de construção  
783 da política pública participativa de cogestão. Disse sentir um  
784 incômodo quando se personificava a figura da ministra, a pessoa da  
785 ministra, não a gestão e o cargo. Ressaltou que todos seriam uma  
786 unidade com diferenças de opiniões, mas que teriam o consenso de  
787 ter uma Política Cultural Brasileira a melhor para o país. **O Senhor**  
788 **Antônio José Amaral Ferreira, Culturas Afro-Brasileiras**  
789 manifestou-se sugerindo que o Secretário Vitor escutasse a fala dos  
790 conselheiros e depois falasse, já que estaria substituindo a ministra.  
791 A sua sugestão foi aceita pelo secretário. **A Senhora Rosa Maria**  
792 **Leonardo Coimbra, Dança** manifestou-se dizendo que teria uma  
793 preocupação grande do discurso não cair no vazio. Porque  
794 acreditava que em todas as falas todo mundo concordava com tudo.  
795 E o que se pensava no avançar seria colocar o dedo na ferida,  
796 porque não adiantava ficar fingindo que nada estaria acontecendo. E

797 como o Conselheiro Charles havia falado, seria visível que estaria  
798 acontecendo uma crise entre a gestão do ministério e o conselho.  
799 Ressaltou que isso era fato. E também seria fato de que alguns  
800 conselheiros já estariam no conselho há quatro anos e que todos  
801 estariam sempre contribuindo. Haja visto que os representantes da  
802 sociedade civil ainda que tivessem todas as despesas pagas  
803 estariam no conselho de graça, contribuindo de boa vontade, por  
804 acreditar e que isso estaria acontecendo desde 2003 quando se  
805 começou a pensar no sistema. Ressaltou que havia um problema  
806 sério pelo fato de que o CNPC teria sido criado por um decreto e  
807 que isso fragiliza o conselho. Ressaltou que teria que se buscar a  
808 regularização do conselho por meio de uma lei e a partir disso todos  
809 entenderem isso, mas que em especial gostaria de colocar a gestão  
810 do MinC, com muito carinho, e que também se devia ao fato de que  
811 fora do conselho estariam sendo cobrados como MinC. Informou que  
812 muitas vezes a sociedade civil ficava colocando panos quentes nos  
813 questionamentos feitos a eles. Que faziam isso por confiança na  
814 gestão. Mas que, infelizmente, a atual do gestão do MinC não estaria  
815 entendendo o real papel do conselho e o que ele poderia utilizar os  
816 representantes da sociedade civil como grande parceiros. **O Senhor**  
817 **Jeferson Dantas Navolar, Arquitetura e Urbanismo** manifestou-se  
818 dizendo que se fosse ver as suas falas nas reuniões em que tinha  
819 participado, considerando o grande aprendizado, veria que a pauta  
820 da arquitetura também não tinha andado. E que quando se restringiu  
821 a fala da ministra, presidente do conselho, via-se que a pauta de  
822 todo conselho não havia andado. E que o distanciamento criado a  
823 partir da fala da ministra era muito grande e precisaria ser diminuída  
824 a distância. Disse não saber se as vinculadas representadas no  
825 conselho teriam problemas com a ministra, aparentemente não. E  
826 que se isso fosse verdade, então, se teria duas pautas. Uma pauta  
827 que andava muito, as das vinculadas, e a pauta do conselho que não  
828 andava. Essa seria a sua impressão e seria a distância que teria que  
829 ser reduzida. E se existia duas pautas isso precisaria ser esclarecido.  
830 Ressaltou que ninguém estaria ali para fazer queixas pessoais e nem  
831 depoimentos vazios. Finalizou dizendo que a pauta do conselho não  
832 andava. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
833 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que  
834 teria que nos momentos de dificuldades na relação teria que se

835 pensar com sentimento a importância do processo e das conquistas.  
836 Informou que estava no ministério desde 2009, havia feito parte do  
837 processo de construção e que quando se diz que o conselho é do  
838 ministério a seu ver o conselho seria mais que do ministério, seria da  
839 sociedade brasileira. Seria uma conquista política com dificuldades  
840 acontecidas em outros momentos. E que na I Conferência Nacional  
841 de Cultura seria bom lembrar que na plenária final a grande polêmica  
842 teria sido uma moção que exigia do ministério a instalação imediata  
843 do conselho, em dezembro de 2005. Informou que a época atuou  
844 como Secretário de Cultura de Recife e Presidente do Fórum dos  
845 Secretários das Capitais, mediando, e ao final se conseguiu sair com  
846 a moção que dava um prazo para o ministério instalar o conselho,  
847 que já estava por decreto desde 2005 até março de 2006. Informou  
848 que o conselho se instalou em dezembro de 2007 e que como  
849 membro do Fórum dos Secretários das Capitais havia feito parte de  
850 todo o processo de constituição, instalação do conselho, definição do  
851 regimento, discussão do Plano Nacional de Cultura e vários temas  
852 tratados na primeira gestão. Que a partir de 2009 estaria no  
853 ministério e que o processo continuava. E que nesse sentido iria  
854 discordar de alguns conselheiros que colocaram que havia um  
855 retrocesso. Que nas caminhadas, claro que com alguns  
856 tensionamentos, desde o começo, mesmo para o conselho se  
857 instalar, quando alguns conselheiros tinham receio da instalação do  
858 conselho, por esse motivo o conselho só havia sido instalado dois  
859 anos após a conferência. Disse considerar o conselho um espaço  
860 fundamental dentro da construção do Sistema Nacional de Cultura.  
861 Mas aí seria preciso, também, que o conselho dentro do papel dos  
862 seus conselheiros tivessem um entendimento de jamais teria um  
863 conselho forte sem um sistema forte, um sistema institucionalizado  
864 por lei, se possível inserido na Constituição onde o conselho teria um  
865 papel fundamental porque as conferências seriam estratégicas do  
866 ponto de vista de debate com a sociedade. Mas que as conferências  
867 só aconteciam de quatro em quatro anos no Plano Nacional ao  
868 passo que o conselho se reunia sistematicamente. E que a relação  
869 entre o Poder Executivo e a sociedade se efetivava através do  
870 conselho. E que muito havia sido construído durante o processo da  
871 caminhada do conselho desde a sua instalação. Ressaltou que o  
872 conselho estaria num processo com suas dificuldades em alguns



873 momentos, mas no conjunto estaria avançando. Finalizando disse  
874 que não iria se alongar porque teria um ponto de pauta específico de  
875 apresentação da minuta do Projeto de Lei do Sistema Nacional de  
876 Cultura, onde o conselho seria parte do sistema. Ressaltou que o  
877 conselho precisaria avançar no sentido de compreender que não é  
878 uma lei específica do conselho e sim a lei do sistema onde o  
879 conselho teria um papel importante, fundamental que dará força e  
880 segurança política e jurídica ao sistema. Que a seu ver no momento  
881 das dificuldades teria que se pensar estrategicamente a questão de  
882 profundidade, inclusive, do processo de construção, superando os  
883 momentos de tensão e dificuldades dando um passo adiante. E que  
884 já que se tinha na Casa Civil, encaminhado pela Ministra Ana de  
885 Hollanda, inclusive, dentro de um ato concreto de fortalecimento do  
886 próprio conselho, na medida em que ele faz parte do Projeto de Lei  
887 Complementar do Sistema Nacional de Cultura. E que a seu ver teria  
888 que se procurar dentro desse contexto ter a visão mais ampla da  
889 responsabilidade e do papel histórico, que muitos da gestão do MinC  
890 teria clareza da sua responsabilidade, para que se possa dar um  
891 passo adiante. Que todos estariam no cargo público  
892 temporariamente, mas que a sociedade estaria permanentemente no  
893 seu papel. Que os conselheiros teriam a responsabilidade de garantir  
894 o processo. Sugeriu que todos pensassem mais politicamente,  
895 apesar dos tencionamentos, nos passos dados e gostaria de  
896 ressaltar que o Conselho Nacional de Política Cultura no ano anterior  
897 teria sido protagonista central da questão mais importante de  
898 políticas públicas, o Plano Nacional de Cultura e a definição das  
899 cinquenta e três metas. E que a Ministra Ana de Holanda havia  
900 publicado a Portaria integralmente colocando as cinquenta e três  
901 metas, grande responsabilidade do governo e da sociedade na  
902 implantação das metas. E nesse sentido gostaria de fazer um apelo  
903 no sentido político de amadurecimento para que se pudesse dar um  
904 passo adiante, com todas as dificuldades, com todos os problemas,  
905 mas no sentido de pensar maior. **A Senhora Cláudia Leitão,**  
906 **Ministério da Cultura** manifestou-se cumprimentando a todos.  
907 Informou que ao Conselheiro Jeferson que também era uma  
908 secretária inexistente e entendia a sua angústia. Ressaltou que não  
909 era possível que depois de um ano e quatro meses ainda não  
910 assinava como Secretária da Economia Criativa, mas tendo o

911 conselho a seu lado seria um ponto positivo para haver um  
912 pressionamento ao Ministério do Planejamento. E com isso dava  
913 para ver como a união do conselho era estratégica. Disse concordar  
914 com a fala do Secretário Peixe e que todos teriam que ter muita  
915 calma porque todos os desafios colocados para a Cultura seria muito  
916 importante e jamais se conseguiria realizar isso separados. Disse  
917 concordar que deveria haver uma qualificação para o papel de  
918 conselheiro e que estaria aprendendo muito com a Secretária Márcia  
919 que já havia sido gestora na área da saúde e estaria lhe passando o  
920 que já havia vivido enquanto gestora. Informou que na saúde a  
921 qualificação do conselheiro acontecia sempre porque os desafios da  
922 saúde seriam imensos e que a saúde precisava estar junta e  
923 qualificada para qualificar o debate sobre Política Pública, que seria  
924 o papel de todos no CNPC. E que a seu ver realmente deveria haver  
925 essa qualificação. Ressaltou que contava muito com o conselho para  
926 que a secretaria existisse, que haveria um grande embate sobre o  
927 orçamento do MinC que sem o conselho não se poderia avançar,  
928 que seria preciso avançar na criação dos colegiados, dos grupos de  
929 trabalho que não haviam ainda se tornado colegiados e teria que se  
930 dar credibilidade ao conselho para que nas eleições as pessoas  
931 quisessem participar, porque senão será lamentável que tudo que foi  
932 construído se dissolva como lágrima na chuva. **A Senhora Virginia**  
933 **Lúcia da Fonseca Menezes, Teatro** informou que na sua primeira  
934 fala queria resgatar o bom senso. Disse que estaria um pouco  
935 entristecida com a Secretária Ana Paula pela colocação que havia  
936 feito. Ressaltou que a grande preocupação não seria com relação ao  
937 que a ministra havia dito, e que o ela havia falado seria um selo, um  
938 selo de tudo o que estava acontecendo no conselho, seria uma  
939 constatação. Que o que a ministra havia dito seria uma síntese de  
940 tudo o que estava acontecendo, que a ministra era presidente do  
941 conselho, não assinava os atos do conselho, que não nomeava os  
942 grupos de trabalho. Informou ser de um grupo de trabalho  
943 inexistente. Que todos que estavam no conselho estavam  
944 principalmente para aprender e também contribuir. O que restava  
945 para o conselho não seria carregar defunto para lá e para cá,  
946 dizendo: olha o conselho, olha o conselho. Isso não adiantava nada.  
947 Disse que o conselho era só uma sigla organizacional, mas que não  
948 tinha nenhuma organicidade. Que não seria orgânico, não vigorava e

949 não existia. Disse que a ministra era uma finalização, um selo de  
950 finalização que legitimava, porque era a gestora maior. Que, então,  
951 independente de quem seja, seja lá quem fosse seria importante que  
952 o presidente do conselho assumisse os atos do conselho. Que seria  
953 importante, sim, que as decisões fossem encaminhadas. Citou o  
954 exemplo dos onze requerimentos de urgência que estariam na pauta  
955 da reunião e que se alguém fizesse a leitura dos requerimentos iria  
956 ver que teria coisas que já haviam sido liberadas pelo conselho. Que  
957 o conselho havia deliberado por um organograma eleitoral, que todos  
958 seriam pessoas maduras. Disse que o conselho tinha desde pessoas  
959 mais simples a pessoas mais bem dotadas e mais importantes e  
960 todos nas suas diferenças, todos importantes. Ressaltou que o  
961 conselho tinha que ser vida e que não poderia achar que viria ao  
962 conselho para perder tempo. Ressaltou que problema, crise não era  
963 para entristecer, teria que se apontar futuro, solução, definição,  
964 decisão. Argumentou se o MinC queria ou não o conselho e caso  
965 não quisesse que fizesse a dissolução do mesmo e esperasse o  
966 Sistema de Cultura refazer. Disse que queria vir para o conselho  
967 para fazer coisas, participar das coisas grandiosas a que havia se  
968 proposto. Informou que não estaria ali para desqualificar pessoas,  
969 mas que se colocasse a mão na consciência de que o processo  
970 estaria pobre e que seria preciso sair dele. Porque como haviam se  
971 sentado e definido as metas do Fundo Nacional de Cultura o  
972 Congresso poderia definir as metas do Sistema Nacional de Cultura  
973 sem o conselho. Disse nunca ter visto alguém apresentar uma  
974 moção e ter que assinar a sua própria moção, sendo que no  
975 regimento estava escrito que o presidente do conselho deveria  
976 assinar os atos do conselho. E que mais do que a palavra da ministra  
977 que era emblemática, simbólica, que simbolizava uma situação, uma  
978 redefinição, um novo paradigma, que seria uma gestão autofágica e  
979 que não queria o Conselho Nacional de Cultura. **O Senhor Sérgio**  
980 **Mamberti, Ministério da Cultura** manifestou-se dizendo que não  
981 havia dúvida nenhuma de que o momento que estava se vivendo era  
982 difícil. E quem havia participado de todos os processos durante todos  
983 esses anos, nesse sentido se sentia contemplado com a fala do  
984 Secretário Peixe, a fala da Secretária Cláudia, a colocação do  
985 Nascimento e a preocupação da Ana Paula e de todos os gestores  
986 do Ministério da Cultura, refletiam o momento difícil que estava se

987 vivendo. Que não seria só com relação ao conselho e que todos  
988 sabiam que nada do que havia sido conquistado teria sido de graça.  
989 Que quando entraram no ministério ele praticamente não existia e  
990 não havia sido simples a construção. E que havia sido momentos  
991 que refletiam a angústia que perpassava o conselho. Que a angústia  
992 do conselho perpassava para a gestão também e tinha certeza  
993 absoluta que perpassava a ministra no seu pensamento e na sua  
994 vontade de querer acertar. Informou que conhecia a Ministra Ana há  
995 quarenta anos, que ela havia participado da construção do projeto  
996 de cultura emblemático do PT, na área de música, em 94, e que  
997 durante todos esses anos havia mantido contato com a ministra, que  
998 ela havia trabalhado no início da gestão na FUNARTE e que havia  
999 uma das primeiras pessoas que ela conversou quando havia sido  
1000 cogitada para ser ministra. Que sabiam que esse momento de  
1001 transição de um novo governo, principalmente quem estava nas  
1002 gestões anteriores, não seria simples. Mas que uma das questões  
1003 que lhe parecia absolutamente clara era que se havia conquistado  
1004 das grandes pautas traçadas pelas duas conferências e por toda  
1005 participação social, a presença do Conselho Nacional de Política  
1006 Cultural e a possibilidade de se construir um Plano Nacional de  
1007 Cultura e uma pauta complementar que complementaria todas as  
1008 conquistas institucionais que sempre foi colocado na mira no sentido  
1009 de ser ter um Ministério da Cultura que realmente possa estar sendo  
1010 digno do papel estratégico da cultura na construção de uma nova  
1011 sociedade. Ressaltou que embora a ministra não estivesse presente  
1012 ela estaria extremamente atenta ao que se discutiria na reunião. E  
1013 que gostaria de acreditar que esse seria um ponto de partida para  
1014 um novo momento que iria se viver na medida em que os planos  
1015 setoriais, os planos municipais, estaduais estariam sendo  
1016 construídos e o conjunto das políticas do ministério Brasil Criativo  
1017 que, inclusive, a pauta teria sido apresentada no Congresso  
1018 Nacional, seria uma pauta difícil de ser executada e o clima de  
1019 cooperação, especialmente, a satisfação que todos do ministério  
1020 tiveram na construção do Plano Nacional de Cultura, com a  
1021 participação efetiva do Conselho Nacional de Política Cultural,  
1022 participação onde houve embates extremamente importantes.  
1023 Ressaltou que o processo não havia sido calmo nem internamente e  
1024 nem junto ao conselho, mas que teria sido a luz dessa discussão que

1025 foi construída a espinha dorsal de um ministério como se queria. Que  
1026 a relação entre a gestão e o Conselho Nacional de Política Cultural  
1027 como legítimo representante da sociedade civil fosse aprofundada.  
1028 Que o momento seria para todos refletirem e entenderem as  
1029 dificuldades que a gestão havia tido no momento de transição.  
1030 Informou que o ministério havia passado por um processo de  
1031 reestruturação bastante profundo, a construção não teria sido fácil, a  
1032 questão orçamentária para as novas regras dos convênios e do  
1033 repasse das verbas e dos projetos cada vez são desafios e não  
1034 estaria sendo fácil lidar com a situação e que isso criava um  
1035 tencionamento que refletia até no conselho, porque como  
1036 representantes estariam sendo cobrados e com isso a criação de  
1037 uma área de atrito que não se poderia jogar para baixo do tapete. E  
1038 que em nome da ministra e toda a gestão fazer um apelo para se  
1039 criar um diálogo aprofundado e se ultrapasse o momento. Não sem  
1040 reconhecer os problemas ocorridos, mas que se encontrasse uma  
1041 maneira, uma forma de relacionamento, que a crise fosse uma crise  
1042 momentânea, uma crise que se pudesse avançar. E que a  
1043 perspectiva seria de avanço e que se teria tudo para avançar. Que o  
1044 centro do governo possa entender as dificuldades da cultura com  
1045 relação ao que se podia fazer com o seu orçamento. E reforçou o  
1046 apelo de entendimento entre a gestão e o conselho. **O Senhor**  
1047 **Antônio Menezes Júnior, Ministério das Cidades** informou que era  
1048 funcionário do Ministério das Cidades e que estaria no conselho para  
1049 contribuir com os temas apresentados. Que há oito anos atrás estava  
1050 construindo a plataforma da Reforma Urbana, que havia sido a  
1051 plataforma predominante na construção das políticas e programas do  
1052 Ministério da Cidade para enfrentamento das desigualdades para a  
1053 construção dos espaços das cidades. Informou que nessa  
1054 construção houve a participação de diversos agentes não  
1055 governamentais, dos setores mais diversificados existentes no país e  
1056 que havia sido combinado que isso iria ser construído dentro do  
1057 Conselho Nacional das Cidades, que ainda estaria frustrando a todos  
1058 por não ser uma lei. E isso era um ponto, a seu ver, extremamente  
1059 importante. Disse estar contemplado com as palavras do Secretário  
1060 Peixe, com as palavras do líder espiritual, pelo menos para ele, do  
1061 Sérgio Mamberti, de que o papel de todos no processo seria o de  
1062 retomar tudo porque era a oportunidade do momento. E que os

1063 requerimentos colocados alguns seriam expressivos do ponto de  
1064 vista da inserção na agenda, mas que sinceramente em outros  
1065 requerimentos não teria condições de dizer isso. Que como  
1066 construtor de outro ministério, de outros programas também haviam  
1067 se perdido e, hoje, também faziam autocríticas e análise e que a tal  
1068 da DR, discutir a relação, estaria acontecendo em todos os  
1069 conselhos. E que a seu o momento seria de responsabilidade  
1070 política. Em seguida falou ter ficado muito esclarecido com as  
1071 palavras da Conselheira Virginia, conhecida de poucas reuniões  
1072 passadas, mas que a colocação final da conselheira não o havia  
1073 conformado, porque não se poderia colocar no ambiente de dúvidas  
1074 e cetismos, qualquer dúvida, qualquer responsabilidade política do  
1075 conselho, de cada um dos representantes da sociedade civil do  
1076 conselho e do governo, de cada um dos gestores públicos.  
1077 Concluindo gostaria de chamar a essa responsabilidade a partir da  
1078 vida real, que seria a vida dos recursos, um monte de coisas que  
1079 gostariam de entrar na vida real que alguns já haviam reivindicado.  
1080 Disse sentir que para ter essa qualificação, a capacitação, a  
1081 inserção, colaboração, contribuição de cada um acontecesse seria  
1082 fundamental saber para onde iria, por exemplo, o patrimônio imaterial  
1083 que o IPHAN estaria fazendo, com belíssimos atos de inscrição de  
1084 bens, de saberes e fazeres no rol dos patrimônios imateriais do país.  
1085 E que, seria preciso que o MinC trouxesse mais insumos da  
1086 dinâmica das políticas e dos programas que estariam sendo  
1087 conduzidos para que todos entendessem e que a Economia Criativa  
1088 teria que ter a sua vez. Disse que estaria na hora de se reforçar a  
1089 responsabilidade política, cumprir com os objetivos já definidos e que  
1090 se remodelasse, readequasse, remodelasse aquilo que seria  
1091 fundamental para as metas se realizarem. E que o papel de todos  
1092 seria o de ser fiscal naquilo que estaria acontecendo na vida real. **O**  
1093 **Senhor Isaac William Frias Loureiro, Culturas Populares**  
1094 manifestou-se dizendo que o entendimento no campo em que atuava  
1095 era o de que nos últimos anos teria se vivido um grande avanço na  
1096 Política Pública de Cultura do país. Que o segmento da cultura  
1097 popular havia percebido um movimento de inserção, de  
1098 reconhecimento, de inclusão num segmento que historicamente  
1099 havia sido excluído, ignorado, invisibilizado pelo Estado Brasileiro. E  
1100 que todos se sentiam herdeiro direto de todo o processo iniciado na

1101 gestão do Gil, do Juca de todo processo que deu origem a primeira  
1102 Secretaria da Identidade e da Diversidade que o Ministério da  
1103 Cultura já teve no país e o Sérgio Mamberti teria sido a pessoa que  
1104 havia conduzido à criação da secretaria e todos seriam eternamente  
1105 gratos por essa iniciativa, porque seria impossível se pensar o Brasil,  
1106 a cultura brasileira sem levar em conta a complexidade da sua  
1107 diversidade e uma desigualdade profunda, social, econômica, de  
1108 oportunidades, de acesso. E que a partir daí passou-se a entender  
1109 que as políticas culturais seria o caminho para se buscar, além do  
1110 reconhecimento, a valorização das manifestações, das expressões  
1111 culturais populares, tradicionais e também o caminho para a  
1112 construção de forma de inserção, de inclusão, de cidadania das  
1113 pessoas. E que haviam se acostumado durante todos esses anos a  
1114 ter um tratamento, um reconhecimento, uma atitude para o segmento  
1115 por parte do órgão público de cultura federal com muito mais  
1116 atenção, cuidado e certo tom de respeito e consideração. Mas que  
1117 preocupava muito no presente processo, já haviam percebido,  
1118 inclusive, já haviam discutido com a Secretária da Diversidade e  
1119 havia sido colocado para ela e para a sua equipe, que seria a  
1120 percepção dentro desse campo de uma perda da sensibilidade, uma  
1121 perda de prioridade que iriam sempre traduzir no orçamento, na  
1122 destinação e nas ações realizadas. Isso era um fato e que os  
1123 motivos que levavam a isso estariam tentando entender e contribuir  
1124 para que isso ficasse claro e se pudesse avançar. Finalizando disse  
1125 que entendiam que o que unia todos no conselho, pela sociedade  
1126 civil, seria a luta para conquistar para o país um modelo de gestão  
1127 cultural, de política cultural que fosse mais democrática, mais de  
1128 acordo com a diversidade, mais de acordo com uma civilização com  
1129 uma etapa na civilização brasileira que se considera que estaria se  
1130 conseguindo galgar com mais democracia, mais liberdade, mais  
1131 autonomia. E a preocupação estaria nas políticas que vinham sendo  
1132 implementadas, que apontavam o caminho, de repente, estariam  
1133 mudando drasticamente o modo de direção. Que poderia não ser  
1134 retrocesso, mas que havia mudanças perceptíveis na condução, na  
1135 definição das políticas seriam existentes. E que o quadro claro disso  
1136 seria a discussão em torno da Lei do PROCULTURA e de outras  
1137 legislações colocadas. Que o que os interessava no processo seria  
1138 aprofundar a discussão sobre as mudanças e discuti-las abertamente

1139 com o governo, com o ministério. E que estariam vendo que não teria  
1140 como se manter uma representação do segmento dentro do  
1141 conselho com um marco diferente. E que o marco estaria claro nas  
1142 pactuações construídas coletivamente, governo e sociedade, nas  
1143 instâncias democráticas que haviam participado. Que seriam regidos  
1144 por isso e esses pactos construídos é que orientavam as ações e  
1145 iriam orientar todas as ações, atitudes, as iniciativas que se pudesse  
1146 tomar. Finalizou dizendo que esse seria o entendimento do  
1147 segmento. **O Senhor Juscelino Alves de Oliveira (Du Oliveira),**  
1148 **Música Erudita** manifestou-se dizendo que infelizmente sendo da  
1149 base precisaria no momento que se tivesse um olhar crítico porque  
1150 se lida com a vida real. Que de fato a vida real com que se lidava  
1151 seriam as pessoas com que se convivia em cada área e que havia  
1152 muitos problemas, sim. Que se sentia uma paralisia, apenas ,  
1153 fazendo uma comparação básica, mesmo com respeito à opinião de  
1154 todos os colegas que estariam, hoje, no ministério, a comparação  
1155 seria imediata, sobre o processo da gestão anterior com quem já  
1156 havia uma série de divergências, coisa normal no processo de  
1157 democrático, ser aliado e ao mesmo tempo tecer críticas, mas que  
1158 com essa gestão a complicação se daria pela paralisia de uma série  
1159 de coisas como o PROCULTURA, que na gestão anterior já havia  
1160 acontecido para que se pudesse trabalhar na questão, mas que na  
1161 atual gestão a maioria dos programas estariam paralisados, alguns  
1162 cancelados, os Pontos de Cultura, isso devido ao corte do  
1163 orçamento, mas que não teria dependido da nova gestão do  
1164 ministério. E que já estava sendo colocado há algum tempo é que a  
1165 nova gestão do ministério deveria tomar para si a defesa da área  
1166 como um todo, tendo a área como aliada, coisa que não foi feita.  
1167 Ressaltou que no momento havia vários setores da sociedade civil  
1168 organizada das áreas artísticas, das áreas de cultura como um todo  
1169 com cartas abertas endereçadas a Presidenta Dilma, por não ver na  
1170 gestão um interlocução mais aberta. Ressaltou a discussão do  
1171 momento estava acontecendo porque os conselheiros  
1172 representantes da sociedade civil haviam provocado e que não  
1173 tinham visto esse mesmo exercício sendo feito do outro lado.  
1174 Informou que tinha em seu poder uma carta endereçada a  
1175 Presidenta Dilma sobre os desvios da política do livro e leitura  
1176 assinada nove membros do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e



1177 Literatura, nove de quinze, mais do que a maioria da sociedade civil  
1178 desse segmento, sem falar nos problemas da Música, da falta de  
1179 diálogo e por sinal nem de reconhecimento das áreas organizadas  
1180 que compunham o colegiado, que não haviam se reunido ainda,  
1181 depois da primeira convocação. Continuando disse que na área do  
1182 governo federal via-se um problema, que a secretária havia citado,  
1183 de que o Planejamento não via a cultura, isso seria muito grave. Que  
1184 com relação aos programas para a área da música estariam em  
1185 conversação há algum tempo Centro de Música da FUNARTE, que  
1186 as pessoas da área da FUNARTE eram consideradas aliadas. Citou  
1187 o problema das feiras, que havia tido um problema técnico e que  
1188 havia sido colocado, estava na página do SICOM, de que só existiam  
1189 dois programas onde as feiras poderiam ser encaixadas para serem  
1190 realizadas e que, inclusive, já haviam solicitado que as feiras fossem  
1191 regionais para baratear os custos, mas para isso eram exigidos  
1192 convênios com prefeituras, órgãos municipais, governos distritais ou  
1193 estaduais e que o prazo seria final de abril por conta do ano eleitoral.  
1194 Ressaltou que se a paralisação de alguns dos programas tivessem  
1195 sido discutidos com as áreas estariam funcionando, porque teriam  
1196 outro encaminhamento adotado. Ressaltou que durante um ano e  
1197 pouco da nova gestão o que se teria notado era um distanciamento  
1198 em relação à sociedade civil organizada. Finalizou dizendo que a seu  
1199 ver era preciso repensar e que a área da sociedade civil deveria  
1200 encaminhar uma carta a Presidência solicitando uma audiência para  
1201 que fossem colocadas essas coisas, cobrar do Governo Federal o  
1202 não contingenciamento da verba da cultura, como já haviam  
1203 conseguido no Governo Lula, como compromisso do próprio  
1204 Presidente Lula. E que isso não havia sido sentido na nova gestão. **O**  
1205 **Senhor Amilton Pereira, Secretário de Cultura do Distrito**  
1206 **Federal e Presidente do Fórum dos Secretários Estaduais de**  
1207 **Cultura** manifestou-se cumprimentando a todos, falou sobre a sua  
1208 candidatura no Fórum dos Secretários e do pacto para com o  
1209 Ministério da Cultura, um pacto entre os estados. Disse que ao ter a  
1210 oportunidade de participar do diálogo da transição para o Governo  
1211 Lula o que se viu no momento é que o Ministério da Cultura não era  
1212 um ministério, era na melhor das hipóteses, uma secretaria que  
1213 tentava heroicamente conduzir os assuntos do governo nesse  
1214 campo. E o que se percebeu ao longo das últimas décadas é que

1215 tinha ocorrido uma modificação substantiva, no que chamaria de  
1216 musculatura institucional do Ministério da Cultura. Ressaltou que isso  
1217 não poderia ser ignorado, portanto, não caberia a avaliação de  
1218 retrocesso, porque a seu ver não correspondia à realidade. Que a  
1219 musculatura institucional não correspondia necessariamente, e aí se  
1220 teria um grande problema, a musculatura orçamentária e financeira.  
1221 Mas que isso não seria um problema do Ministério da Cultura. Seria  
1222 um problema do Projeto de Desenvolvimento do Estado Brasileiro no  
1223 momento. Que poderia se dizer que havia acontecido nesse século  
1224 um crescimento com democracia, ao contrário do crescimento do  
1225 Século XX que teria sido com ditadura. Que o crescimento do Século  
1226 XX se deu depredando-se os recursos naturais e que, hoje, ainda  
1227 estaria se enfrentando esse desafio. Que não se podia dizer que  
1228 havia se incorporado a dimensão da cultura à agenda do  
1229 desenvolvimento brasileiro de maneira adequada. Mas que não  
1230 poderia se perder a moldura para que fosse entendido o processo  
1231 pelo qual estaria inserido o Ministério da Cultura. E que havendo a  
1232 possibilidade de levar o debate na sociedade e entre os entes  
1233 federados sobre o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional  
1234 de Cultura teria que ser reconhecido o avanço nas políticas públicas  
1235 de cultura do país especificamente. Ressaltou ser fundamental  
1236 qualificar o debate democrático com os entes federativos, assim  
1237 como seria fundamental o diálogo com as diferentes expressões da  
1238 sociedade civil organizada no CNPC como em outros conselhos de  
1239 outros ministérios. E que não se podia, em nome da necessidade de  
1240 discutir o andaime, deixar de discutir o edifício. Não se poderia  
1241 perder de vista que os processos democráticos tencionados numa  
1242 sociedade tão complexa como a brasileira, em que as políticas  
1243 públicas de cultura sempre tiveram, quando tiveram, naturezas  
1244 oligarcas, hoje, se teria a dificuldade e desafios para encontrar o  
1245 formato do diálogo democrático adequado. Finalizando disso que era  
1246 evidente que a agenda teria que andar, porque aí estaria se tratando  
1247 do edifício. Continuando disse que seria preciso que o Governo  
1248 Federal abra as portas para o debate com a sociedade não, apenas,  
1249 para os setores interessados na economia da cultura, isso seria  
1250 fundamental para todos. Ressaltou que o PROCULTURA teria que  
1251 ser debatido já porque estaria contando prazo na Câmara dos  
1252 Deputados. Finalizou agradecendo. **O Senhor Pedro de Carvalho**

1253 **Pontual, Secretaria-Geral da Presidência da República**  
1254 manifestou-se cumprimentando a todos e todas. Disse que teria  
1255 vindo bastante preocupado para a reunião, mas estaria muito  
1256 contente com o processo que se estaria vivendo na reunião. E que a  
1257 seu ver a melhor maneira de se começar a fazer a transposição, do  
1258 que havia sido dito pelo Sérgio Mamberti, seria reconhecer que  
1259 estaria se vivendo uma crise, não ter medo do processo e lembrar  
1260 que crise também é importante para a criação de novas  
1261 oportunidades. Que já havia sido dito na reunião que o processo de  
1262 construção democrática não era simples, seria complexo,  
1263 contraditório e tenso. Assim como o desafio de colocar a cultura  
1264 como parte da agenda central de um projeto de desenvolvimento, o  
1265 que seria uma grande tarefa a unir todos os presentes. Ressaltou  
1266 que ainda não seria o ponto da Rio +20, mas seria fundamental que  
1267 no momento que iria haver uma discussão global de um Projeto de  
1268 Desenvolvimento Sustentável, que se fundia nos três pilares, social,  
1269 econômico e ambiental que se introduzisse o pilar da cultura no  
1270 processo, e disse achar que isso uniria a todos. E que a tarefa de  
1271 construir o Plano Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura  
1272 e fortalecer o processo era uma tarefa de muita grandeza que irá  
1273 requerer de todos muita energia, energia muita parecida com a  
1274 energia do Senhor Sérgio Mamberti. Ressaltou que nas viagens que  
1275 havia feito sempre encontrava o Sérgio Mamberti ou ele já havia  
1276 passado por ali discutindo cultura. Continuando disse que na  
1277 presente reunião as pessoas estavam conseguindo dizer coisas  
1278 importantes, críticas, mas numa atitude de profundo respeito tanto  
1279 por parte da sociedade civil e pela parte dos gestores. E que esse  
1280 era um estado de ânimo, de espírito fundamental para se  
1281 restabelecer relações de confiança e ir para frente sabendo da  
1282 grandeza das tarefas que se teria pela frente. Ressaltou que  
1283 comemorar essa possibilidade seria extremamente importante. E  
1284 como sugestão seria a de que no momento seguinte após  
1285 restabelecida a confiança e olhar a grandeza das tarefas estratégicas  
1286 que se teria pela frente, reconhecer que havia tido avanço, havia  
1287 acontecido contradições, mas havia tido avanços e que o passo  
1288 seguinte até o final da reunião pudesse se estabelecer alguns  
1289 compromissos concretos e práticos sobre o funcionamento do  
1290 conselho para frente. Olhar a avaliação sobre o funcionamento dele

1291 e que no dia seguinte saíssem da reunião com alguns compromissos  
1292 práticos, políticos e estratégicos selados de bom funcionamento e  
1293 fortalecimento progressivo e constante do conselho, se teria feito  
1294 esse momento de transposição, como havia falado o Senhor Sérgio  
1295 Mamberti. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da**  
1296 **Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo  
1297 que não pretendia se estender muito porque já haviam dito o que  
1298 teria que ser dito, quase tudo. Que gostaria de começar dizendo a  
1299 todos que particularmente, ele, a Ministra Ana e todos os dirigentes  
1300 do ministério seriam muito acostumados, haviam sido formados na  
1301 arena dos debates, das discussões da democracia, mas que não  
1302 estaria dizendo que não teriam as suas opiniões, embora, às vezes,  
1303 divergente da opinião de outro. Ressaltou que era importante a  
1304 autoridade ser democrática e tivesse opinião de expressar os seus  
1305 pensamentos. Mas gostaria de dizer que a gestão da Ministra Ana  
1306 em sua opinião ela teria revelado desde o início o compromisso com  
1307 todo o processo de participação, a estrutura de participação que o  
1308 ministério já havia construído, vinha construindo, que não seria obra  
1309 de A ou de B, mas, sim, de um processo do qual alguns dos  
1310 presentes já haviam feito parte. Dentro ou fora do ministério, mas o  
1311 processo havia sido acompanhado desde os primeiros momentos,  
1312 antes da gestão do Presidente Lula quando estavam no movimento e  
1313 que por esse motivo se teria um compromisso histórico com o  
1314 processo participativo. Informou que a sua experiência era de a de  
1315 Porto Alegre, do Orçamento Participativo e que por sorte o  
1316 funcionamento das câmaras setoriais que a de teatro, dança, música,  
1317 circo e artes visuais havia acompanhado desde o início e vivido  
1318 intensamente o momento. E que no caso não teria problema nenhum  
1319 em ouvir opinião diferente, porque através disso seria possível o  
1320 diálogo de comunicação. Que a revelação do compromisso havia  
1321 sido explícito quando a ministra decidiu que esse não era o assunto  
1322 da Secretaria Adjunta do Ministério da Cultura, onde estava alocada  
1323 anteriormente a relação do conselho, muito bem feita pelo Gustavo  
1324 Vidigal, mas que deveria ser delegada a uma secretaria, a Secretaria  
1325 de Articulação Institucional que teria essa função dentro da sua  
1326 missão institucional e sob a condição do Secretário Peixe, uma  
1327 pessoa extremamente dedicada aos processos de participação e de  
1328 institucionalização das políticas e isso havia sido feito. E que a seu

1329 ver a Secretaria estaria cuidando muito bem do conselho. Ela teria  
1330 defendido o conselho, organizado a pauta das reuniões, garantido os  
1331 recursos mínimos para o acontecimento de todas as reuniões,  
1332 mesmo com limitações e dificuldades. Que havia no ano passado  
1333 teria acontecido um corte de 50% nas despesas de passagem,  
1334 diárias e nenhum compromisso de participação foi comprometido,  
1335 porque havia sido priorizado. Informou que no momento teriam o  
1336 desafio de que com o mesmo valor do ano passado colocar todos os  
1337 custos como o da eleição dos colegiados que aumentaria muito a  
1338 despesa. E que desde os compromissos mais básicos para o  
1339 conselho funcionar e operar, até a atribuição da Secretaria de  
1340 Articulação Institucional a seu ver já havia sido uma manifestação de  
1341 compromisso. Que, de fato, seria impossível discutir toda a pauta do  
1342 ministério no conselho, porque existia um ordenamento dos  
1343 processos de realização das reuniões na pauta. Mas sentiam falta de  
1344 oportunidade, e que a culpa era do ministério, teria que ver uma  
1345 forma de cuidar disso, de poder transmitir as dificuldades e os  
1346 desafios que estaria se encontrando na gestão do Ministério da  
1347 Cultura no presente período. Ressaltou que em primeiro lugar seriam  
1348 herdeiros de um legado extremamente importante e relevante que  
1349 seria produto de outra visão do Estado Brasileira que seria a ouvida  
1350 em todas as falas da reunião, mesmo as que estavam se queixando  
1351 e reclamando a cobrança para que tivesse continuidade, mas não só  
1352 continuidade, que tivesse avanço. E tudo isso num contexto especial  
1353 que também precisava ser interpretado, contexto que aconteceu no  
1354 começo do Governo da Presidenta Dilma, que também seria  
1355 comprometida com todos os processos de participação e que  
1356 precisaria da colaboração e entendimento e compreensão dos  
1357 contextos da conjuntura para que se possa evitar alguma confusão  
1358 de entendimento. Ressaltou que era importante registrar os avanços  
1359 acontecidos no período de um ano e três meses. E que onde  
1360 existiam problemas estariam fazendo esforços para tentar corrigir.  
1361 Disse ser testemunho do esforço da Secretária Márcia para que  
1362 fosse possível dotar a SCDC, para não deixar nenhuma política sem  
1363 resposta. E que havia razão no que havia sido colocado pelos  
1364 conselheiros, porque teria que se conferir no número do orçamento  
1365 para ver se a política estaria sendo mesmo implementada e  
1366 organizada. E que se tivesse com algum problema teria que ser

1367 encarado e se tentar a correção. Mas que não se podia deixar de  
1368 reconhecer que tinha acontecido conquistas extraordinárias como a  
1369 parceria com o MEC, que embora não tivesse sido compartilhado  
1370 com o conselho, que estaria sendo tratada a criação de um GT de  
1371 Educação e Cultura, todos estariam extremamente satisfeitos. Que  
1372 havia sido uma decisão muito correta da Ministra Ana e do Ex-  
1373 Ministro Haddad, que se sentaram numa reunião e delegaram aos  
1374 secretários-executivos e a SPC, a construção de uma pauta concreta  
1375 para a aproximação MEC/MinC pudesse se concretizar. Informou  
1376 que a pauta havia evoluído por terem se dedicado muito para que  
1377 evoluísse e quando mostrado a Presidenta Dilma ela solicitou que o  
1378 recurso fosse ampliado. Que o investimento seria de R\$ 80 milhões e  
1379 ao final, depois de fechadas todas as parcerias, chegou a R\$ 140  
1380 milhões, que seria mais do que a maior investidora da Lei Rouanet, a  
1381 PETROBRÁS, fazia de investimento através da Lei de Incentivo. E  
1382 que seria importante que isso fosse reconhecido. Continuando disse  
1383 que na área do audiovisual, apesar dos questionamentos sobre o  
1384 avanço, estaria acontecendo avanços extraordinários, fazendo que o  
1385 FSA pulasse de R\$ 99 milhões para R\$ 500 milhões ao ano, onde  
1386 iria garantir até 2014 a garantia de investimento de R\$ 1 bilhão e  
1387 meio, que seria o orçamento inteiro, livre, do Ministério da Cultura no  
1388 ano corrente. Porque a pauta que estava sendo conduzida no  
1389 Congresso, da construção da Lei nº 12.485, que abriu o serviço de  
1390 TV por assinatura, havia sido priorizada pela Presidenta Dilma a  
1391 pedido da Ministra Ana e por todos da equipe da SAV, da ANCINE.  
1392 Ressaltou que estava falando das conquistas por ser importante  
1393 registrar as conquistas. Informou que não havia retrocesso no  
1394 PROCULTURA, ao contrário, ele teria uma série de avanços sendo  
1395 construído pela Comissão de Finanças da Câmara que, felizmente,  
1396 teria na liderança o Deputado Pedro Eugênio, uma pessoa muito  
1397 sensível ao tema da cultura no tema de desenvolvimento, ele seria  
1398 também uma pessoa de vasta experiência na área de gestão  
1399 financeira e planejamento do Governo de Pernambuco. Ressaltou  
1400 que o deputado estaria ajudando muito na solução do ponto mais  
1401 difícil do PROCULTURA, que seria o de acertar com os russos,  
1402 combinar com os russos, acertar lá com o Ministério da Fazenda,  
1403 com a Receita Federal um entendimento para que as propostas que  
1404 estivessem avançando não tivessem nenhum problema com o

1405 governo e para a proposta caminhar mais rapidamente. Informou que  
1406 o Deputado Pedro Eugênio apresentaria nos próximos dias a sua  
1407 versão final do PROCULTURA. Mas que o deputado já havia  
1408 apresentado e publicizado no final do ano passado um anteprojeto  
1409 das proposições, sendo uma delas o Capítulo da Desconcentração e  
1410 da Desterritorialização, que a seu ver, seria a fórmula e a solução  
1411 que se precisava ter na Lei Rouanet, para diminuir a concentração  
1412 dos recursos no eixo Rio/São Paulo. Ressaltou que esse capítulo  
1413 daria condições ao ministério para isso, para que o dinheiro do  
1414 incentivo possa chegar ao Recôncavo Baiano, no Sertão do  
1415 Nordeste, na Amazônia, no Mato Grosso, no Pantanal, no Pampa  
1416 Gaúcho, porque não teria outra maneira de se obter avanço na Lei  
1417 Rouanet senão nessa oportunidade do PROCULTURA. Em seguida  
1418 se propôs em trazer o Deputado Pedro Eugênio ao conselho. Que a  
1419 seu ver seria interessante trazer as pautas que estariam constituindo  
1420 o momento do Ministério da Cultura para socializar isso com os  
1421 conselheiros, para o conselheiro chegar à base com informação.  
1422 Informou que no ano passado o Programa Cultura Viva tinha R\$ 650  
1423 milhões de financeiro para todos os pagamentos do ano das  
1424 despesas discricionárias do Ministério da Cultura e que R\$ 100  
1425 milhões havia sido destinado para cumprir os compromissos do  
1426 Programa Cultura Viva. Informou que todo que conhecia o ministério  
1427 sabia que o ministério havia virado o ano com um débito muito  
1428 grande de pagamentos com o Programa Cultura Viva. E a atual  
1429 gestão priorizou o pagamento do Cultura Viva, que nenhum  
1430 pagamento saia na frente do Cultura Viva. Informou que este ano  
1431 estariam levando o Programa ao patamar de investimento de R\$ 114  
1432 milhões, que seria o que o ministério iria investir. Continuando disse  
1433 que isso era uma prioridade na pauta do ministério e que seria o  
1434 único programa de contingenciamento no Ministério da Cultura, que  
1435 seria o programa que teria o maior investimento direto do ministério  
1436 no ano. Ressaltou que a equipe da SCDC estaria trabalhando com  
1437 uma celeridade impressionante, e seria uma série de processos. Em  
1438 seguida falou ser necessária a parceria do conselho. Falou sobre os  
1439 Editais do PROCULTURA, explicou que foi lançado um projeto, foi  
1440 feita uma lista de R\$ 300 milhões em editais, mas que não foram  
1441 lançados os R\$ 300 milhões, mas haviam sido lançados R\$ 60  
1442 milhões de editais em música, teatro, dança, artes visuais e como

1443 era uma experiência foi lançado com a ressalva de que não  
1444 precisava ter cobertura orçamentária. Informou que isso era um  
1445 compromisso institucional do governo e compromisso político por  
1446 isso seria honrado. Claro que com muitas dificuldades, muito debate  
1447 com a área jurídica por conta da LDO que havia criado restrição com  
1448 as entidades privadas. Que a restrição não teria sido culpa da  
1449 Presidenta Dilma, porque tudo aconteceu devido ao problema das  
1450 emendas do Gim Argelo. Falou sobre o gargalo que o ministério tinha  
1451 com relação a operações de setores importantíssimos das políticas  
1452 públicas, políticas de cultura. Ressaltou ser muito mais ágil fazer o  
1453 convênio com as entidades privadas. O histórico do ministério não  
1454 estava em manchete negativa e era extremamente positivo devido a  
1455 todos os pagamentos sempre terem sido honrados. Em sugeriu que  
1456 a plenária que lessem o artigo do Professor Wanderlei na Carta  
1457 Capital. Informou que apesar do ministério ter crescido muito com  
1458 relação a 2003, ainda estaria longe de ser uma gestão ideal. E que  
1459 seria muito bom se a estrutura do ministério tivesse pernas para  
1460 acompanhar todos os processos estaria resolvido o problema.  
1461 Informou ter colocado as questões como desabafo, mas entendia  
1462 que a carta que havia sido enviada a Presidência da República  
1463 poderia ter sido dirigida ao ministério, questionando, perguntando ao  
1464 ministério e que isso poderia ser feito por qualquer pessoa. E o que  
1465 havia acontecido é que a carta dos conselheiros teria ido parar na  
1466 imprensa com uma manchete com o nome do Conselho Nacional de  
1467 Política Cultural e que com isso teria ficado uma questão estranha  
1468 porque o ministério e o conselho se reuniam periodicamente e o  
1469 questionamento era porque isso não teria virado uma pauta do  
1470 conselho. E, talvez, isso tenha causado estranheza no momento. E  
1471 que já havia acontecido alguns picos na imprensa, que o último teria  
1472 sido no final do ano passado quando foi colocado na imprensa que o  
1473 ministério iria ter uma mudança de ministro na reforma. E que o  
1474 problema se deu por conta do contexto da carta naquele momento,  
1475 naquele período. E que houve por parte do conselho um  
1476 entendimento de que o ministério estaria negligenciando o conselho  
1477 e a prova seria o não comparecimento do ministério na 16ª Reunião,  
1478 porque estaria em outra reunião de dirigentes, que não podia ser  
1479 adiada, os dirigentes do ministério tinham que comparecer a reunião.  
1480 Disse que gostaria de reivindicar os conselheiros, fazer um



1481 compromisso em nome da ministra, do ministério de que o Conselho  
1482 Nacional de Política Cultural era, sim, muito importante para o  
1483 ministério e que o que se queria era ter o conselho como parceiro,  
1484 colaborador. Lógica que teriam que estar aberto para ouvir as  
1485 críticas, mesmo não concordando. Disse não duvidar da capacidade  
1486 do ministério em ouvir, mas, talvez, o que estivesse faltando seria  
1487 uma dose, um pouco, maior de confiança mútua. Seria confiar na  
1488 equipe atual. E acreditar, um pouco, menos na pressão que o  
1489 ministério vinha sofrendo por parte de alguns setores principalmente  
1490 explorados pela mídia, apesar dos setores terem todo o direito de  
1491 perguntar e esclarecer qualquer dúvida com relação ao ministério.  
1492 Mas existia alguns setores, algumas empresas que estariam  
1493 forçando uma barra e com isso estariam explorando a pauta negativa  
1494 e que notícia boa não seria notícia boa para jornal, infelizmente.  
1495 Continuando disse que a questão relacionada às Feiras de Música a  
1496 FUNARTE já havia se comprometido de encarar o processo. Que o  
1497 problema da Feira Brasil seria um problema cabeludo para ser  
1498 resolvido, mas havia sido resolvido. Que o problema do Cultura e  
1499 Pensamento era outro problema cabeludo que o ministério se  
1500 prontificou a receber. Que o problema da Feira da Música e o Cultura  
1501 e Pensamento havia sido um problema de modelo que tinha alguns  
1502 equívocos e o ministério não podia mais continuar com os equívocos  
1503 sob pena de estar infringindo a lei. E que infelizmente a mudança de  
1504 modelo não poderia ser do dia para noite. Mas, que isso não queria  
1505 dizer que o ministério estaria contra a Feira da Música e o Cultura e  
1506 Pensamento, isso não era verídico, porque eles eram grandes  
1507 processos, grandes políticas. Só que teria que se encontrar o modelo  
1508 certo, adequado para poder ser realizado. Finalizou dizendo que isso  
1509 era o que teria para ser colocado aos conselheiros, pediu desculpas  
1510 por ter falado demais, que não iria conseguir todas as questões  
1511 levantadas, mas as questões teriam respostas em si mesmo. Que  
1512 não seria verdade que havia uma paralisia no Ministério da Cultura,  
1513 que seria preciso uma batalha pelo orçamento para integralizar o  
1514 Fundo Nacional de Cultura, para execução de 100%, ressaltou que a  
1515 batalha era comum e precisaria da ajuda do conselho. Que a batalha  
1516 pelo orçamento seria para garantir as principais ações e programas,  
1517 inclusive, o Cultura Viva. Informou que o Cultura Viva havia ganho  
1518 um incremento de R\$ 47 milhões, isso graças a Presidenta Dilma,

1519 que também ordenou que fosse ampliada o orçamento geral. E que  
1520 era preciso se dizer, sim, que o orçamento seria o maior orçamento  
1521 do Ministério da Cultura, com possibilidades de chegar ao recorde  
1522 histórico, o que seria muito importante e precisava ser reconhecido.  
1523 Ressaltou que o que estava garantindo isso seria o PAC das Praças  
1524 de Esporte e da Cultura, uma parte, pois o ministério seria  
1525 responsável pelo primeiro momento de execução, seriam 359  
1526 espaços sendo construídos pelo Brasil a fora, havia divergências  
1527 para teriam ser encaradas para a próxima seleção. Mas o ministério  
1528 teria que executar o que estava combinado e o aumento do  
1529 orçamento no presente ano seria de R\$ 300 milhões. Que o PAC das  
1530 Cidades Históricas iria virar um PAC de verdade, iria entrar no  
1531 Decreto de PAC de Infraestrutura, passaria a ter recursos não  
1532 contingenciáveis, passaria a ter um processo de transferência de  
1533 recurso menos burocrático, inclusive, não precisando consultar o  
1534 cadastro da prefeitura, era um programa importante e evoluído e iria  
1535 agregar ao orçamento mais R\$ 2 bilhões até 2014 e a Presidenta  
1536 Dilma teria um grande feito para comemorar que seria a efetiva  
1537 recuperação de todos os sítios históricos existentes no Brasil com  
1538 bem tombado em nível federal, seria uma obra importantíssima.  
1539 Continuando informou que outro recursos que entraria no orçamento,  
1540 além do FSA e do MEC, sendo o do MEC R\$ 140 milhões, que não  
1541 seria dinheiro do MinC, mas do MEC, que não somaria na conta do  
1542 orçamento, mas seria um dinheiro que viria para a Cultura executar  
1543 para cair dentro da escola. Outro recurso seria o legado de grandes  
1544 Eventos da Copa, na área de museus estava se querendo os  
1545 museus no patamar dos melhores museus do mundo. Finalizando  
1546 disse que o que se estava precisando seria conversar mais, que o  
1547 conselho tinha razão em muitas das críticas que havia feito, que  
1548 seria natural ocorre o clima de insegurança e seria importante ter  
1549 unidade de ouvir e de ser ouvido. Que se isso fosse praticado mais  
1550 constantemente, inclusive, com os colegiados setoriais poderia ser  
1551 evitada as crise para o setor da cultura não parecer estranho, mas  
1552 parecer ser um setor que estaria realizando as ações com muito  
1553 empenho e muita sinceridade. Disse acreditar que seria possível ser  
1554 superada as diferenças de pensamento, que obviamente existiam e  
1555 não seriam mera casualidade. Sugeriu que as diferenças fossem  
1556 discutidas, aprofundadas, para se encontrarem no meio do caminho.

1557 Ressaltou que não havia nenhum problema em se discutir conceito e  
1558 aprofundar o debate sobre Direito Autoral. E que todos tinham  
1559 maturidade, conhecimento e capacidade e com o debate se  
1560 avançaria. Finalizou pedindo desculpas pelo tempo exagerado. **O**  
1561 **Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
1562 **Presidente da Mesa** manifestou-se dando por encerrada a reunião  
1563 às 14h30 e solicitando a todos que estivessem de volta às 15h30.  
1564 Informou que o Secretário Vitor estaria de volta no final da tarde.  
1565 **ALMOÇO. O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
1566 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** manifestou-se dando início  
1567 a reunião. **O Senhor Charles Narloch, Artes Visuais** reiterou o  
1568 pedido de inversão de pauta, para que na presença do Secretário  
1569 Vitor, pudesse analisar as duas pautas que haviam sido solicitadas  
1570 como prioritárias. Que a primeira teria sido vencida pela manhã e a  
1571 segunda seria sobre o Processo Eleitoral dos Colegiados e nova  
1572 composição do CNPC. Propôs que com a chegada do Secretário  
1573 Vitor se colocasse esse segundo ponto da pauta proposto para ser a  
1574 inversão de pauta, que seria o Item F a Ordem do Dia. **O Senhor**  
1575 **João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e**  
1576 **Presidente da Mesa** esclareceu que além dessa ainda teria a  
1577 questão da Rio +20, que também seria com o Secretário Vitor. Mas  
1578 que no momento iria se decidir a sequência da pauta. Sugeriu que  
1579 para não perder se iniciasse a questão da Cultura e Educação, com  
1580 a Senhora Juana, com o Senhor Sérgio Mamberti e no retorno do  
1581 Secretário Vitor se pegaria os dois pontos que necessitariam da  
1582 presença dele para a discussão. Caso ele não chegasse outros  
1583 pontos da pauta seriam adiantados. Ressaltou que alguns pontos da  
1584 pauta só poderiam ser discutidos no dia seguinte porque os  
1585 secretários só estariam no dia seguinte presentes na reunião. Em  
1586 seguida passou a palavra ao Senhor Sérgio Mamberti e a Senhora  
1587 Juana. **O Senhor Sérgio Mamberti, Secretaria de Políticas**  
1588 **Culturais** manifestou-se cumprimentando a todos, disse que ia  
1589 procurar ser bastante objetivo. Relembrou que no ano passado a  
1590 SPC havia trabalhado no Plano Nacional de Cultura e no Programa  
1591 de Parceria entre o MinC e o MEC que estaria sendo implementado  
1592 pela Secretaria de Políticas Culturais. Em seguida passou a palavra  
1593 a Senhora Juana para dar informações do estágio de  
1594 desenvolvimento em que estaria o programa de parceria entre o

1595 MinC e o MEC. Ressaltou que o projeto era um projeto ambicioso  
1596 que, inclusive, havia sido ampliado e iria exigir uma parceria muito  
1597 forte com o CNPC na medida em que estivesse trabalhando com a  
1598 Escola do Mais Educação, com artistas, artistas populares que iriam  
1599 fazer um trabalho para estar compondo o currículo escolar, a  
1600 presença do conselho na ponta seria importante no sentido de ter  
1601 uma avaliação e um acompanhamento do processo tão esperado,  
1602 que estaria fazendo parte da educação de tempo integral. Ressaltou  
1603 que a Senhora Juana iria falar com mais objetividade e bastante  
1604 agilidade para adiantar a pauta. **A Senhora Juana Nunes Pereira,**  
1605 **SPC, Diretoria de Economia e Educação do MinC** manifestou-se  
1606 cumprimentando a todos, disse ser um prazer ter a oportunidade de  
1607 dividir com o conselho o trabalho que a SPC estaria desenvolvendo  
1608 há quase um ano. Informou que o GT de Cultura e Educação teria  
1609 sido publicado no âmbito do CNPC, dia 02 abril, que havia tido um  
1610 esforço da Secretaria de Articulação Institucional de conseguir a  
1611 fazer a publicação, devido ao número de GT que poderiam existir e  
1612 por isso o atraso na decisão de criar o grupo e a oficialização e  
1613 publicação, que acabou ocorrendo no dia 02 de abril com a indicação  
1614 dos membros do GT. Sugeriu que a primeira reunião do GT fosse no  
1615 período de 25 e 26 de abril, para poder fazer o trabalho constante  
1616 das políticas que estariam sendo pactuadas com o MEC e isso ser  
1617 uma relação constante com o Conselho Nacional de Políticas  
1618 Culturais. Informou que as duas solicitações feitas no início do GT  
1619 teriam sido atendidas: 1ª) Solicitação de Articulação com o Conselho  
1620 Nacional de Educação. Informou que havia tido oportunidade de  
1621 fazer a reunião com Conselho Nacional de Educação, com o  
1622 Presidente Antônio Carlos Caruso Ronca, que já havia recebido o  
1623 GT, é que a pauta da conversa teria sido o pleito da ideia de como se  
1624 poderia integrar mais na integração de Cultura e Educação, as  
1625 políticas no MEC e no MinC, como os dois conselhos poderiam atuar  
1626 juntos e trabalharem juntos. Informou que na reunião estiveram  
1627 presentes o presidente e os Presidentes das Câmaras Setoriais do  
1628 Conselho Nacional de Educação, que a reunião havia sido produtiva,  
1629 apresentou-se o panorama geral do que se queria da Política de  
1630 Cultura para a Educação. Ressaltou que no Plano Nacional de  
1631 Cultura já teriam metas de desafios para as áreas de educação e  
1632 não só, apenas, a Educação Básica. Ressaltou mais uma vez a ideia

1633 da reunião ser 25 e 26 de abril, que seria importante ver com os  
1634 conselheiros se seria possível essa data, senão o mais tardar na  
1635 primeira semana de maio. E que nesse dia iria amostrar o acordo  
1636 que havia sido firmado em dezembro, com o Ministro Haddad e a  
1637 Ministra Ana, fruto das conversas e discussões que haviam  
1638 acontecido no CNPC, de todo o processo que a SPC havia liderado  
1639 junto com a Secretaria-Executiva e o próprio Gabinete da Ministra na  
1640 articulação entre os dois ministérios. E que seria uma das cinco  
1641 prioridades das ações do MinC que teriam sido apresentadas à  
1642 Presidenta Dilma, as prioridades de 2012. Informou que a ideia era  
1643 desenvolver uma Política de Cultura para a Educação, seria  
1644 importante frisar isso, porque o acordo seria só parte do processo  
1645 que estaria sendo desenvolvido na SPC. Explicou que no primeiro  
1646 momento atingiria a Educação Básica, mas era um desafio para  
1647 todas as áreas, a ideia seria pensar um Sistema de Formação na  
1648 Área de Cultura que estaria dentro do Sistema Nacional de Cultura o  
1649 desafio de aumentar o número de cursos de graduação e pós-  
1650 graduação, o próprio desafio de pensar a Educação Técnica  
1651 Profissionalizante, o Plano Brasil Criativo também incorpora a  
1652 necessidade da formação na área da indústria criativa, das  
1653 competências e que, então, isso seria um grande projeto que iria  
1654 fazer interface com todas as áreas do ministério. Que ao se colocar a  
1655 educação como dimensão das políticas culturais iria se reforçar o  
1656 discurso feito de que não haveria cidadania cultural, não haveria  
1657 economia criativa senão se avançar numa Política de Cultura para a  
1658 Educação. Isso tudo para ajudar qualificar a Educação Brasileira,  
1659 mas também qualificar o processo do MinC. Informou que já teria  
1660 quatro ações orçadas que seriam: Edital Mais Cultura nas Escolas. E  
1661 que o esforço seria para ajudar o MEC no Processo de Escola  
1662 Integral. Informou que havia duas ações no acordo que não haviam  
1663 sido orçadas e quando estivessem fechadas no âmbito do MinC e do  
1664 MEC iria aumentar bastante o universo do recurso de R\$ 150  
1665 milhões, que seria o PNBE, Programa Nacional de Biblioteca da  
1666 Escola, que iria ser feita uma edição para artes e iria alcançar todas  
1667 as escolas brasileiras. A ideia seria construir um kit em parceria com  
1668 o MEC para ser distribuído em todas as bibliotecas das escolas onde  
1669 seriam enviados livros de artes, filmes, DVDs, gravações de artistas  
1670 com shows históricos, mas isso estaria sendo montado e por esse

1671 motivo não estava orçado. Informou que no momento o MinC e o  
1672 MEC estavam vendo como seria o modelo e seria importante a  
1673 participação do conselho na construção do kit. Criar kits a partir da  
1674 realidade brasileira, das regiões, tendo a garantia da diversidade.  
1675 Mas isso estaria sendo construído, era um processo em construção  
1676 que estaria sendo feito com o MEC. E que seria uma grande vitória  
1677 para a Cultura todas as escolas ter direito ao acervo. Que também  
1678 estaria em gestão interna no MEC, fazia parte do acordo, a  
1679 preparação de um programa específico de formação continuada para  
1680 professores de artes. Que o desafio era muito grande para qualificar  
1681 a formação dos professores. Em seguida informou sobre o novo  
1682 projeto que começaria com o Mais Educação nas escolas, que  
1683 seriam um número de quinze mil no país, mas iria chegar a trinta mil  
1684 escolas, mais escolas estariam aderindo ao Mais Educação. Que o  
1685 Mais Educação estaria enfrentando o desafio de construir escola  
1686 integral no Brasil, era um programa apreciado pela Presidenta Dilma  
1687 que o estaria reforçando no âmbito do Ministério da Educação e  
1688 Ministro Mercadante também. A ideia no ano de 2012 seria a de  
1689 atingir trinta mil escolas. Que o próprio Plano Nacional de Educação  
1690 teria uma meta específica para a ampliação da Educação em tempo  
1691 integral no Brasil e que o Ministério da Cultura estaria  
1692 acompanhando esse movimento, porque a ação prioritária do MinC  
1693 seria justamente, de que forma a Cultura poderá contribuir para o  
1694 desafio da Educação em Tempo Integral. Ressaltou que era preciso  
1695 entender que isso seria uma tarefa do MinC também, porque senão o  
1696 MEC iria ter dificuldades em implantar educação em tempo integral  
1697 de qualidade, com professores qualificados. E que o edital que iria  
1698 sair viria com intuito de se trazer para o universo da escola pública  
1699 toda a capacidade criativa e o MinC iria contribuir com isso para  
1700 fazer que a educação integral se consolidar no Brasil. E que edital  
1701 seria um chamado para que os artistas brasileiros, os pontos de  
1702 cultura, os museus, os teatros, os arte educadores abraçassem a  
1703 escola pública e vissem dentro da escola um espaço privilegiado  
1704 também para circulação, para a produção da cultura brasileira. Esse  
1705 era o sentido da construção dessa proposta. Em seguida passou a  
1706 falar sobre os eixos temáticos para explicar o seu funcionamento.  
1707 Informou que, na verdade, seria uma parceria. As cinco mil escolas  
1708 selecionadas iriam receber um recurso a mais de R\$ 20 mil reais,

1709 pactuado entre a Escola Pública e o artista, Pontos de Cultura ou  
1710 Museus, uma parceria para uma ação contínua de seis meses. E  
1711 esclareceu que, então, o que estaria sendo proposta era uma ação  
1712 contínua entre os agentes culturais e a Escola Pública num espaço  
1713 onde estariam envolvidos professores de artes, professores de  
1714 outras disciplinas e os estudantes da escola. Que para conseguir  
1715 êxito na ação, devido à diversidade existente e as que poderiam  
1716 acontecer no âmbito das parcerias, foram criados eixos temáticos e  
1717 quem se inscrevesse no edital iria escolher um eixo temático para  
1718 colocar em prática. Ressaltou que os eixos seriam: 1º) Residência de  
1719 Artistas (Eixo Experimental); 2º) Criação, Circulação e Difusão da  
1720 Produção Artística (Oficinas); 3º) Promoção Cultural e Pedagógica  
1721 em Espaços Culturais (Trabalho Fora da Escola); 4º) Educação  
1722 Patrimonial Material e Imaterial; 5º) Cultura Digital e a Comunicação;  
1723 6º) Cultura Afro-Brasileira; 7º) Culturas Indígenas; 8º) Tradição oral;  
1724 9º) Educação Museal. Continuando explicou a destinação do recurso  
1725 de R\$ 20 mil reais, Resolução já criada, abrindo a possibilidade da  
1726 escola através do Recurso do PDDE poder pagar cachê a artistas e  
1727 grupos culturais para fazerem atividades em Escolas Públicas.  
1728 Finalizando agradeceu a todos e que estaria à disposição de todos  
1729 para qualquer dúvida e qualquer colocação que quisessem fazer. Em  
1730 seguida alguns conselheiros fizeram seus elogios, suas  
1731 observações, críticas, sugestões, perguntas onde foram prontamente  
1732 respondidos e esclarecidos, com algumas sugestões sendo anotadas  
1733 pela Senhora Juana. **A Senhora Maria Helena Signorelli,**  
1734 **Coordenadora-Geral do CNPC** manifestou-se fazendo alguns  
1735 esclarecimentos sobre o GT de Educação e Cultura. Informou que no  
1736 dia da aprovação do Grupo de Educação e Cultura havia ocorrido  
1737 uma proposta de que o grupo fosse integrado por um representante  
1738 indicado pelo Conselho Nacional de Educação. Mas regimentalmente  
1739 um grupo de trabalho do conselho só poderia ser composto de  
1740 conselheiros e o representante do Conselho Nacional de Educação  
1741 teria que ser conselheiro do CNPC, então, a pessoa do Conselho  
1742 Nacional de Educação não poderia fazer parte do Grupo de  
1743 Trabalho, no caso, do Ministério da Cultura, mas poderia ser  
1744 convidado todas as vezes que o Grupo de Trabalho se reunisse. A  
1745 Senhora Juana continuou respondendo mais algumas perguntas. **O**  
1746 **Senhor Sérgio Mamberti, Secretário da Secretaria de Políticas**

1747 **Culturais** esclareceu que o Grupo de Trabalho de Educação e  
1748 Cultura seria um grupo muito importante, com uma responsabilidade  
1749 imensa de fiscalizar todo o emprego dos recursos do projeto.  
1750 Informou que a plataforma do SNIC havia sido negociada,  
1751 recentemente, e seria um grande instrumento de acompanhamento  
1752 das políticas. E brevemente iria fazer uma apresentação no CNPC  
1753 do que seria o SNIC e o seu funcionamento. **A Senhora Cláudia**  
1754 **Leitão, Ministério da Cultura** manifestou-se informando que o MinC  
1755 estaria trabalhando num plano interministerial, que estaria na Casa  
1756 Civil para uma eventual aprovação ou não, um plano chamado Brasil  
1757 Criativo. Informou que o plano era complexo e um programas do  
1758 plano seria a formação dos setores criativos brasileiro. Que há quatro  
1759 meses atrás teriam feita uma tentativa de aproximação com o MEC e  
1760 com mais dez ministérios e que em breve iria fazer a apresentação  
1761 no CNPC do Plano Brasil Criativo. Que no plano estariam envolvidos  
1762 o Ministério de Ciência e Tecnologia, da Indústria e Comércio, das  
1763 Comunicações, das Cidades, da Integração Nacional, do Trabalho e  
1764 Emprego, da Educação e outros. Informou que na parte referente ao  
1765 MEC não haviam conseguido nenhum envolvimento do MEC, nem  
1766 uma resposta. Ressaltou, pedindo desculpas a Senhora Juana, de  
1767 que seria importante informar aos conselheiros que a relação do  
1768 MinC com o MEC continuava uma relação desprestigiada, tratavam o  
1769 MinC de uma forma periférica. Finalizou dizendo que o MinC  
1770 precisava muito do CNPC, até para ajudar no trabalho estaria que a  
1771 Juana acabara de falar. E que a seu ver o MinC teria que ter um  
1772 outro papel no MEC, um papel de prestígio, de interlocução no  
1773 mesmo patamar. **O Senhor Américo Córdula, Diretor da**  
1774 **Secretaria de Políticas Culturais** manifestou-se cumprimentando a  
1775 todos e disse iria aproveitar a participação da SPC no conselho e  
1776 informar que há duas semanas já havia sido anunciada a Pesquisa  
1777 do Instituto do Pró-Livro da quantidade de livros lidos pelos  
1778 brasileiros e que infelizmente o número de livros lidos teria  
1779 diminuído. E isso era um problema porque dentro das metas do  
1780 Plano Nacional de Cultura até 2020 teria uma meta de quatro livros  
1781 fora da escola para serem lidos para se chegar aos números que a  
1782 Argentina teria atualmente. Informou que o resultado não tinha sido  
1783 anunciado porque havia mudada a metodologia e que haveria uma  
1784 reunião com o IBGE e o Pró-Livro por serem a fonte do MinC. E que



1785 no momento essa parceria com o MEC seria fundamental para que  
1786 se pudesse atingir a meta, o que não seria possível só com o esforço  
1787 do MinC. E, talvez, seria necessário fazer um movimento com vários  
1788 ministérios, levando ao Ministério do Desenvolvimento Social,  
1789 Ministério da Educação e os outros, para poder se chegar ao desafio,  
1790 que não seria um desafio só do Governo Federal, mas seria um  
1791 desafio dentro do PAC Federativo, do Sistema Nacional de Cultura.  
1792 Ressaltou que estratégia teria que ser colaborativa e a discussão  
1793 teria que perpassar não só o CNPC, mas todos os conselhos  
1794 municipais, estaduais de cultura para se reverter o quadro através  
1795 das ações, mas não só através das ações do agente de leitura, mas  
1796 o assunto deveria ser tratado como uma estratégia do Governo  
1797 Federal como um todo para se chegar e aumentar o número de  
1798 livros. Finalizou dizendo que essa era uma meta transversal. E como  
1799 sugestão a quem fosse responsável pelo Plano Nacional de Cultura  
1800 e pelas metas, que se pudesse trabalhar junto com CNPC, pensar  
1801 numa ação que envolvesse todos os colegiados. **O Senhor**  
1802 **Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e**  
1803 **Presidente da Mesa** manifestou-se sugerindo que fosse colocado no  
1804 Edital que as escolas poderiam e deveriam se basear também nos  
1805 Planos Setoriais, à disposição no site do MinC, link tal e tal. E se a  
1806 escola quisesse desenvolver uma atividade na área das artes  
1807 visuais, por exemplo, seria bom que os condutores do processo na  
1808 escola fossem lá ver diretrizes, ver o que seria, porque esse tipo de  
1809 informação não estaria disponível e faria falta aos professores. Em  
1810 seguida a Senhora Juana fez mais alguns esclarecimentos acerca do  
1811 assunto e agradeceu a oportunidade de poder fazer a apresentação.  
1812 **O Senhor Sérgio Mamberti, Secretário da Secretaria de Políticas**  
1813 **Culturais** pediu desculpas pelo tempo tomado com a apresentação e  
1814 a preocupação demonstrada por parte dos conselheiros. Disse que  
1815 não seria fácil a implantação do projeto, mas estaria contando com a  
1816 contribuição de todos e a participação da sociedade civil. Finalizou  
1817 agradecendo a todos. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
1818 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** agradeceu à  
1819 apresentação ao Senhor Sérgio Mamberti, a Senhora Juana e a  
1820 equipe da SPC e sugeriu que à medida que o processo fosse  
1821 avançando que fosse feita novas apresentações ao CNPC para  
1822 conhecimento e também para o conselho apresentar sugestões. Em

1823 seguida retomando a pauta disse que aproveitando a presença do  
1824 Secretário-Executivo Vitor Ortiz seriam priorizados os pontos que  
1825 teriam relação com a participação do secretário, porque o mesmo  
1826 não poderia estar presente na reunião no dia seguinte. Que a  
1827 questão colocada pelos conselheiros para esclarecimentos do  
1828 Secretário Vitor seria com relação a Rio +20 e a questão do  
1829 Requerimento nº 11, os atos da Plenária da 6ª Reunião  
1830 Extraordinária do CNPC, que não havia sido executado o calendário  
1831 do quadro de critério para a renovação dos colegiados entre outras  
1832 decisões. Em seguida solicitou ao Senhor Vitor que fizesse  
1833 esclarecimento sobre as questões sugeridas: Rio +20, Calendário da  
1834 Renovação dos Colegiados e o Orçamento. Informou que com  
1835 relação ao Calendário da Renovação dos Colegiados o Secretário  
1836 Vitor sugeriu que o esclarecimento fosse pela SAI e ele faria o  
1837 esclarecimento dos outros dois pontos. Em seguida colocou em  
1838 votação por qualquer dos três pontos o Secretário Vitor começaria e  
1839 até que horário seria estipulado de tempo para a reunião. De acordo  
1840 com a plenária ficou acordado que a reunião iria até às 20h podendo  
1841 se prorrogar um pouco mais e como ponto primeiro a ser esclarecido  
1842 pelo Secretário Vitor ficou definido que seriam trinta minutos para  
1843 cada um dos três pontos. Colocado em votação ficou definido que o  
1844 primeiro ponto a ser esclarecido seria o do Calendário da Eleição dos  
1845 colegiados. Em informou que com relação ao calendário da eleição  
1846 havia ficado acordado na reunião anterior que seria preciso criar uma  
1847 plataforma e isso já estaria sendo providenciado, só que estaria  
1848 levando um tempo maior que o previsto e que a Ana Paula e a  
1849 Andressa poderiam explicar melhor como estaria o andamento da  
1850 criação da plataforma. Informou que a Portaria com as Deliberações  
1851 do Conselho para análise da ministra e da CONJUR ainda estaria em  
1852 processo de análise pelo gabinete para que se pudesse depois fazer  
1853 a publicação da portaria. E nesse caso o que tinha ficado acertado  
1854 com relação ao calendário para 15 de março teria ficado prejudicado,  
1855 que só poderia ser acertado após a criação da plataforma, porque a  
1856 portaria teria que ser publicada e logo em seguida a plataforma teria  
1857 que ser colocada à disposição para que fossem feitas as inscrições,  
1858 para o cadastro. Informou que devido ao tempo optou-se por criar  
1859 essa plataforma no próprio MinC com a Secretaria do Audiovisual  
1860 criando a plataforma, o que economizaria tempo. **A Senhora**

1861 **Andressa Pappas, Assessora da Secretaria do Audiovisual**  
1862 manifestou-se cumprimentando a todos. Informou que por orientação  
1863 da ministra, no intuito de auxiliar os trabalhos do conselho, a SAV  
1864 havia disponibilizado a sua equipe e contratou mais dois design para  
1865 o desenvolvimento completo da plataforma que se dividia em duas  
1866 etapas, a parte do cadastramento e a parte da plataforma de votação  
1867 em si. Informou que a primeira parte já estava concluída, inclusive,  
1868 com o seu desenho e sua lapidação e a estimativa para o término da  
1869 plataforma de votação seria de aproximadamente trinta dias,  
1870 conforme havia sido colocado e o resto seria o que o Secretário  
1871 Peixe já havia colocado. **A Senhora Ana Paula Dourado Santana,**  
1872 **Secretária do Audiovisual** ressaltou que o trabalho era um conjunto  
1873 do ministério, com a participação efetiva da Secretaria de Articulação  
1874 Institucional, da Secretaria de Política Cultura e a Secretária-  
1875 Executiva para que se tivesse o melhor resultado num período curto  
1876 de tempo. Ressaltou que quando tivesse toda a plataforma pronta  
1877 iria ser enviada aos conselheiros uma prévia. E que plataforma seria  
1878 uma plataforma operacional, que havia se conseguido chegar a um  
1879 conceito de sistema, agradando a todos, saindo do SALIC WEB, dos  
1880 problemas do SALIC WEB que no caso não caberia na ação do  
1881 CNPC. Que no caso haviam tentando tirar todas as travas do  
1882 sistema para construir uma plataforma objetiva e segura para se ter a  
1883 ação. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe), Secretário-**  
1884 **Geral e Presidente da Mesa** sugeriu que, devido à pauta no  
1885 momento, o Marcelo da SAV fizesse uma apresentação da  
1886 plataforma ao plenário. **A Senhora Andressa Pappas, Assessora**  
1887 **da Secretaria do Audiovisual** manifestou-se concordando com a  
1888 sugestão do Secretário Peixe. **O Senhor João Roberto do**  
1889 **Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
1890 sugeriu que a apresentação fosse feita na reunião do dia seguinte,  
1891 no final da manhã ou início da tarde, para todos terem uma ideia do  
1892 sistema. Em seguida informou a Conselheira Rosa que os pedidos,  
1893 as deliberações teriam que ter um formato jurídico, por esse motivo a  
1894 portaria se encontrava em análise na CONJUR, mas seria  
1895 independente do mérito, seria só para formatar tudo dentro da  
1896 linguagem jurídica da portaria. Informou que teria ido para CONJUR  
1897 e a CONJUR já havia enviado ao Gabinete da Ministra. Mas não teria  
1898 ainda um posicionamento sobre isso, estaria em análise. Informou

1899 que as deliberações que haviam sido tomadas pelo conselho teriam  
1900 ido para a ministra para fazer a versão final sobre o formato do  
1901 processo, além do formato jurídico em relação ao processo, que teria  
1902 sido uma opção da ministra de ouvir a CONJUR sobre os aspectos  
1903 jurídicos formais de cada um dos pontos colocados pelo conselho. E  
1904 que não teria ainda uma posição conclusiva. Solicitou ao Senhor  
1905 Cláudio Péret da CONJUR que fizesse um esclarecimento sobre a  
1906 área de sua competência, a CONJUR. **O Senhor Cláudio Péret,**  
1907 **Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura** manifestou-se  
1908 cumprimentando a todos e informando que o que seria de  
1909 competência da CONJUR era a redação do documento seguindo o  
1910 quadro das discussões, que havia sido encaminhado a CONJUR.  
1911 Informou que a redação da portaria não teria sido fácil, não havia  
1912 uma portaria pronta e que a mesma estaria no seu trâmite normal.  
1913 Informou que, no caso, tiveram que fazer a transformação do texto  
1914 discursivo, num texto normativo, que levava um tempo para ser feito  
1915 e que havia levado um tempo da Consultoria Jurídica para a  
1916 elaboração da redação da portaria e recentemente havia sido  
1917 encaminhada, estaria no seu trâmite legal. **O Senhor João Roberto**  
1918 **do Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
1919 informou que a plataforma e a questão estariam correndo  
1920 paralelamente na formatação normativa de todo o processo. E que  
1921 se esperava que tudo fosse resolvido o mais rápido possível, que  
1922 seria uma preocupação da SAI, responsável pela coordenação do  
1923 processo e do conselho também. Ressaltou que a plataforma de  
1924 cadastramento de candidato e eleitor seria a primeira a ficar pronta, o  
1925 que daria tempo de terminar a plataforma de votação. Que havia  
1926 uma preocupação com relação às eleições municipais, mas a  
1927 plataforma iria ficar pronta antes disso. **A Senhora Virginia Lúcia da**  
1928 **Fonseca Menezes,** Teatro manifestou-se contrária à portaria, a  
1929 resolução e que iria para casa ler o Plano Nacional de Educação e  
1930 que enviaria por email o que teria achado do plano. **A Senhora**  
1931 **Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do Conselho**  
1932 **Nacional de Política Pública** informou ser viável acertar, por meio  
1933 de outra portaria, o Grupo de Trabalho. **O Senhora Charles**  
1934 **Narloch, Artes Visuais** questionou se a questão que estava na  
1935 CONJUR seria com relação à forma da portaria ou ao conteúdo  
1936 aprovado na reunião. **O Senhor Secretário-Executivo do**

1937 **Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa**  
1938 manifestou-se dizendo que a construção da portaria estaria no seu  
1939 trâmite normal. Informou que teve dificuldades por algumas  
1940 modificações sugeridas pelo CNCP e que a ANCINE e SAV não  
1941 estariam concordando com a forma colocada pelo conselho e que  
1942 teriam motivos plausíveis e legal para questionar a proposição do  
1943 conselho. Informou que a proposição do conselho havia sido  
1944 recebida pelo ministério, com a participação dos delegados na  
1945 discussão, mas que a alternativa para isso estaria em curso, que a  
1946 decisão da ministra só seria conhecida, daria a última palavra,  
1947 quando da assinatura da portaria. Informou que a portaria estaria no  
1948 gabinete da ministra e que seria analisada dali a alguns dias e como  
1949 havia dito na reunião passada o ministério teria consenso em quase  
1950 90% do que tinha sido solicitado e que o restante seria construção.  
1951 Que seria feito o possível para que as solicitações do conselho  
1952 fossem 100% atingidas. E que realmente não era uma discussão  
1953 fácil. **O Senhor Washington da Silva Queiroz, Patrimônio**  
1954 **Imaterial** manifestou-se dizendo estar desanimado para falar, mas  
1955 que sobre os atos aprovados na 6ª Reunião Extraordinária que não  
1956 foram executados entendiam a dificuldade e a complexidade que os  
1957 atos poderiam exigir, inclusive, as questões de tempo. Mas o que  
1958 ficava difícil de ser entendido era o fato de sair da reunião com a  
1959 informação de que tal dia iria sair uma deliberação, um edital ou uma  
1960 resolução e não saindo nenhuma informação foi passada ao  
1961 conselho para falar das dificuldades e do processo que estaria  
1962 existindo para que o conselho pudesse contribuir, aprofundar mais e  
1963 até sugerir possibilidades. Que com relação ao calendário o que  
1964 havia acertado seria que alguns detalhes de data seria recebido por  
1965 email, mas nenhuma satisfação havia sido dada ao conselho. E que  
1966 isso, no caso, deixava o representante da sociedade civil numa  
1967 situação fácil, porque o mesmo teria a quem dar esclarecimentos e  
1968 satisfações. Ressaltou que isso não era compreensível e que seria  
1969 bastante salutar, independente do resultado, de confiança mútua que  
1970 o conselho tivesse conhecimento de todo o processo. E que a seu  
1971 ver senão fosse o Requerimento de Urgência solicitado, talvez, essa  
1972 informação não teria sido passada e finalizou dizendo que isso era  
1973 extramente indelicado. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
1974 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** concordou que

1975 poderia ter havido uma falha por parte do conselho, no sentido não  
1976 ter comunicado quando não havia sido possível cumprir o calendário  
1977 de março. Mas que com relação aos outros procedimentos não seria  
1978 fácil. O conselho havia trabalhado, definido, mas não havia o formato  
1979 jurídico e a portaria era um processo complexo. E que algumas  
1980 questões estavam sendo analisadas com relação ao seu mérito que  
1981 não seriam consensuais. E que por esse motivo o parecer da  
1982 ministra ainda não tinha uma decisão definitiva sobre essas  
1983 questões. E que em paralelo a isso teria a questão técnica que já  
1984 estava sendo solucionada, mas havia algumas dificuldades também,  
1985 que seria a contratação de mais duas pessoas para reforçar a  
1986 equipe, mas já estaria sendo resolvido pela Secretaria-Executiva  
1987 através da DGE. Informou que tudo era a questão do trâmite,  
1988 ressaltou a boa vontade da equipe da SAV, mas que a secretaria  
1989 solicitou um reforço para na equipe para concluir o trabalho. O  
1990 desenho estaria pronto, mas estaria faltando o Web Design para dar  
1991 o formato final do ponto de vista do desenho gráfico, que poderia ser  
1992 melhorado em relação ao desenho. Ressaltou que o conselho estaria  
1993 sendo bastante claro quanto ao andamento do processo, inclusive,  
1994 as dificuldades do ministério. Mas que realmente quanto mais rápido  
1995 se resolvesse seria melhor por conta do calendário apertadíssimo.  
1996 Informou que o Senhor Cláudio iria dar informações com relação ao  
1997 mandato dos conselheiros. **O Senhor Cláudio Péret, Consultoria**  
1998 **Jurídica do Ministério da Cultura** informou que a data do mandato  
1999 dos conselheiros seria a data da posse e que havia se identificado  
2000 como primeiro ato de posse efetiva dos conselheiros o mês de junho,  
2001 isso é o mandato só acabaria em junho. **O Senhor Washington da**  
2002 **Silva Queiroz, Patrimônio Imaterial** manifestou-se questionando a  
2003 Mesa se seria possível à portaria sair antes do término do mandato  
2004 dos conselheiros. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
2005 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** informou que o desejo era  
2006 que sim, que se estaria fazendo o possível para isso ocorrer antes do  
2007 término do mandato dos conselheiros. E que provavelmente teria que  
2008 correr com o calendário para coincidir com o período eleitoral, das  
2009 eleições municipais. E que era de interesse que o processo se  
2010 resolve o mais rápido possível. Que vários caminhos foram tentados  
2011 para agilizar o processo. **A Senhora Ana Paula Dourado Santana,**  
2012 **Secretária do Audiovisual** manifestou-se dizendo que para

2013 complementar o Secretário Peixe valia a pena ressaltar que o  
2014 assunto tinha sido tratado com tanta prioridade no ministério haviam  
2015 sido deslocados dois coordenadores para assumir a questão a  
2016 pedido da Secretaria-Executiva e do Gabinete da Ministra. E que na  
2017 impossibilidade de contratação e de gastos se havia praticado os  
2018 princípios da Administração Pública, economicidade, eficiência e  
2019 legalidade. Ressaltou que tudo havia sido feito de uma forma  
2020 consciente, ágil, rápida, dentro das possibilidades e dos limites legais  
2021 possíveis. Solicitou ao conselho que reconhece o esforço do  
2022 ministério e a priorização dada. E que não se fosse possível cumprir  
2023 o cronograma proposto, mas se tentaria chegar o mais perto dele  
2024 que seria o que realmente importante. **A Senhora Rosa Maria**  
2025 **Leonardo Coimbra, Dança** manifestou-se dizendo que já não  
2026 estava mais se falando do calendário, porque já havia ficado claro as  
2027 explicações dadas. E que a única coisa que havia sido colocada  
2028 seria a falta de informação. Ressaltou que na última reunião todas as  
2029 vinculadas teriam tido tempo para se manifestarem e o resultado  
2030 teria sido um resultado de uma democracia e que a sua única  
2031 preocupação seria a de continuar confiando de que o ministério iria  
2032 honrar com a democracia. Que esperava que tudo o que o conselho  
2033 havia passado, tanto na comissão, quanto o plenário e que havia  
2034 sido exaustivamente e democraticamente debatido e votado por  
2035 todos, gostaria de continuar acreditando que seria respeitado. E  
2036 gostaria de continuar acreditando que a decisão de um conselho que  
2037 teria como principal atribuição propor política cultural fosse realmente  
2038 respeitada. Porque não teria como representante só a sociedade  
2039 civil, vinculadas, secretarias, mas a Presidente do Conselho era a  
2040 própria ministra. Ressaltou ao Secretário Vitor que gostaria de lançar  
2041 um comum acordo de confiança mútua. E que gostaria de poder isso  
2042 a área da qual era representante. E pelo o que havia sentido só  
2043 estaria faltando uma vontade política e pediu desculpas caso  
2044 estivesse errada. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da**  
2045 **Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo  
2046 que o conselho havia sido ouvido, se manifestado, discutido, votado,  
2047 mas que a decisão final cabia à ministra. Que obviamente levaria em  
2048 conta que alguns temas não seriam fáceis de serem decididos como  
2049 se gostaria. Que o ideal seria que 100% da pauta que havia sido  
2050 votada e aprovada no conselho fosse totalmente acatada. Mas

2051 ressaltou que havia um debate complexo e teria que se respeitar a  
2052 ministra a respeito da sua relação com Área do Audiovisual, com o  
2053 Conselho Superior de Cinema, com a SAV, com a Agência Nacional  
2054 de Cinema, que era preciso considerar que era necessário construir  
2055 as decisões. Que não era só a decisão do conselho não, seria  
2056 necessário construir, porque o tema era complexa. Mas isso não  
2057 significava que não se queria concordar com o conselho. Por isso  
2058 havia organização constitucional de cada instituto constituído pelo  
2059 Ministério da Cultura. Ressaltou que o instituto, Conselho, teria uma  
2060 instância, uma importância, precisava ser ouvido e a sua decisão  
2061 respeitada pelo ministério, mas não se poderia sintetizar tudo no  
2062 conselho. Mas seria necessário dar direito ao ministério e a ministra  
2063 também. E que as atividades dos secretários e da ministra seria  
2064 genuinamente política. E certos assuntos complexos precisavam ser  
2065 construídos. **O Senhor João Roberto do Nascimento (Peixe),**  
2066 **Secretário-Geral e Presidente da Mesa** informou que já eram 19h e  
2067 ainda teria dois pontos de pauta que precisariam ser apresentados.  
2068 Em seguida informou como seria todo o processo de candidatura e  
2069 eleição. Sugeriu que todos fizessem uma reflexão sobre o assunto e  
2070 se retornaria a questão na reunião do dia seguinte. Em seguida  
2071 passou a palavra ao Secretário Vitor para falar sobre os dois pontos  
2072 finais da reunião. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da**  
2073 **Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo  
2074 que tentaria ser o mais breve possível. Em seguida começou a  
2075 esclarecer assuntos da Rio +20. Informou que desde o ano passado,  
2076 por iniciativa do Ministério da Cultura, a Ministra Ana teria ido ao  
2077 Ministro Patriota e Ministra, porque três ministros seriam os  
2078 encarregados pelo trabalho do Governo Brasileiro na organização  
2079 dos debates da Rio +20, que seriam a Ministra Isabela do Meio  
2080 Ambiente, o Ministro Patriota das Relações Exteriores e a Ministra do  
2081 Desenvolvimento Social. E que, no caso, a Ministra Ana teria ido ao  
2082 Ministro Patriota e colocou o interesse do Ministério da Cultura em  
2083 participar de todo o processo o mais intensamente possível da Rio  
2084 +20. Foram levadas diversas considerações ao ministro, um  
2085 documento trabalhado amplamente pela Secretaria-Executiva, pela  
2086 Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria da Cidadania e  
2087 Diversidade Cultural, com todas as equipes dos povos originários, da  
2088 questão indígena, das culturas populares e que haviam sido



2089 manifestadas as principais questões sendo: 1ª) A cultura seria uma  
2090 questão cada vez mais importante e relevante para a sociedade, em  
2091 particular para os novos modelos de desenvolvimento. E que, no  
2092 caso, então, foi proposto que o Ministério da Cultura ficasse liberado  
2093 para construir um processo, um movimento que pudesse afirmar a  
2094 questão da valorização da cultura dentro dos debates da  
2095 sustentabilidade e a partir daí foi estabelecido um calendário, que  
2096 havia passado, primeiro, por uma contribuição do Ministério da  
2097 Cultura ao documento do Governo Brasileiro encaminhado a ONU  
2098 como contribuição do Brasil para a construção do documento geral  
2099 da Conferência da Rio +20. Informou que pela primeira vez numa  
2100 conferência desse tipo haveria um documento com relação à cultura,  
2101 coisa que nunca havia acontecido. Que o documento de contribuição  
2102 do MinC para o MRE seria uma síntese do documento, mas uma  
2103 síntese bem representativa, geral das principais ideias com MinC em  
2104 relação ao tema. Informou que a contribuição teria ido ao documento  
2105 zero da ONU, mas que infelizmente o documento zero da ONU teria  
2106 saído mais uma vez sem nenhuma referência a área da cultura,  
2107 apesar do MinC ter feito e enviado, ressaltou que seria muito  
2108 importante ter a referência da cultura no documento para respaldar  
2109 as políticas e as iniciativas na área da cultura. E que continuava a  
2110 batalha de ter a inclusão da questão da cultura com, pelo menos, um  
2111 parágrafo no documento final da Rio +20. E que para consolidar isso  
2112 e tornar algo mais amplo teria sido aprovado no ano passado, nas  
2113 Reunião de Ministros do MERCOSUL a realização de uma reunião  
2114 de autoridades do MERCOSUL e região que iria acontecer na sexta  
2115 e no sábado em São Paulo, com a ampla presença de ministros da  
2116 região como o Ministro do Paraguai, Ministro da Educação e Cultura  
2117 do Uruguai, o Secretário da Argentina, o Suriname, o Equador, o  
2118 Chile, o Peru e a Bolívia. Por esse motivo a reunião seria forte,  
2119 consistente e a ideia seria construir uma carta assinada por todos os  
2120 ministros da região e que posteriormente a Presidenta Dilma estaria  
2121 disposta a levar a Reunião dos Presidentes do MERCOSUL que  
2122 antecederia a reunião da Rio +20. Ressaltou que esse era um  
2123 esforço político para incluir no documento geral da conferência uma  
2124 referência sobre a questão das Políticas Culturais como  
2125 fundamentais. Que a tese seria de a Cultura seria o quarto pilar do  
2126 desenvolvimento sustentável. Mas disse haver resistência em aceitar

2127 essa posição e abrir a discussão sobre se a sustentabilidade teria ou  
2128 não um quarto pilar. Mas que estaria se afirmando que a cultura  
2129 estaria dentro do social, econômico e dentro da questão ambiental,  
2130 principalmente quando se refere à relação que existe das Culturas  
2131 Populares e dos Povos Originários, a relação direta com o ambiente  
2132 natural. Que isso tudo que havia relatado se referia a questão do  
2133 documento. Em seguida sugeriu ao Secretário Peixe que depois da  
2134 reunião de sexta e sábado o documento que saísse de lá fosse  
2135 enviado a todos os conselheiros para conhecimento, para que  
2136 pudessem depois participar do debate da discussão. E que  
2137 paralelamente a isso se havia feito um movimento de mobilização,  
2138 que havia começado em outubro, num Seminário em Belo Horizonte,  
2139 onde teria sido aproveitado o encontro de duas Redes Ibero-  
2140 americanas de cidades, a Rede Mercocidades e a Rede Interlocal,  
2141 onde havia várias cidades representadas e o ministério teria tido um  
2142 protagonismo muito grande na apresentação da plataforma da  
2143 questão da Cultura e Sustentabilidade. E que também durante o  
2144 Fórum Social em Porto Alegre havia sido feita uma Mesa onde o  
2145 chamamento principal era para os movimentos sociais e aos  
2146 movimentos que estavam presentes no fórum em Porto Alegre, com  
2147 a participação do Senhor Jordi Marti, Ex-Secretário de Cultura de  
2148 Barcelona e várias outras autoridades, como o Senhor Sérgio  
2149 Mamberti, o Ministério de Cultura da Bolívia e outros representantes  
2150 internacionais. Informou que o Ministério da Cultura estaria  
2151 trabalhando numa ampla programação de debates e atividades  
2152 durante a Rio +20, entre o dia 10 e 22 de junho, todos os dias haverá  
2153 debates da Economia Criativa no âmbito da relação Cultura/Saúde,  
2154 Cultura/Ambiente Natural e que a SCDC estaria organizando com as  
2155 comunidades indígenas e a Palmares com os quilombolas, a  
2156 realização do Encontro dos Povos Indígenas, do ambiente da Rio  
2157 +20 e a participação de uma série de autoridades que iriam participar  
2158 dos debates nacionais e internacionais do ministério e que algumas  
2159 até nunca haviam se referido ao seu trabalho em relação à cultura,  
2160 mas haviam se mostrado muito interessadas. Informou que o  
2161 ministério iria ocupar dois espaços na Rio +20, sendo um destinado  
2162 pela organização da conferência, que seria o espaço da cidadania,  
2163 Ação e Cidadania, que ficaria aonde era o Fome Zero, do Betinho, o  
2164 Galpão da Cidadania, perto do Cais do Porto. Que nesse espaço,

2165 além das conferências iram acontecer várias atividades como  
2166 manifestações artísticas, exposições e outras atividades. E o outro  
2167 espaço seria no Cais do Porto, Pavilhão da Utopia, Galpão da Utopia  
2168 onde também aconteceria uma série de atividades e encontros e que  
2169 isso tudo era para chamar a atenção da Inclusão da Cultura e da  
2170 Relevância da Cultura para a Construção da Sustentabilidade.  
2171 Informou que essa seria uma síntese da Rio +20. Informou que o  
2172 documento enviado ao MRE havia passado depois por uma evolução  
2173 e teria um documento muito bom do Ministério da Cultura que a seu  
2174 ver deveria ser apresentado ao conselho para, talvez, ser  
2175 aprofundando na pauta da próxima reunião. E que também, a seu  
2176 ver, seria importante convidar todos os conselheiros para as  
2177 programações, para os debates que iriam ocorrer ao longo do  
2178 processo da Rio +20. **A Senhora Maria das Dores Conceição**  
2179 **Pereira do Prado (Dora), Povos Indígenas** manifestou-se  
2180 perguntando ao Secretário Vitor como estaria se dando a questão da  
2181 programação dos Povos Indígenas, se a SCDC iria entrar em contato  
2182 e se haveria alguma informação sobre o assunto. **O Senhor**  
2183 **Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e**  
2184 **Presidente da Mesa** respondeu que a única informação que sabia  
2185 era a de que teria dois dias reservados e que haveria uma  
2186 mobilização, mas não sabia informar como se daria e sugeriu que  
2187 esse assunto fosse colocado a Secretária Márcia na reunião do dia  
2188 seguinte. **A Senhora Maria das Dores Conceição Pereira do**  
2189 **Prado (Dora), Povos Indígenas** informou estar preocupada porque  
2190 já havia passado por uma experiência no Encontro da Diversidade,  
2191 no ano passado. E que era importante estar informada sobre as  
2192 atividades, as pessoas que estariam responsáveis na Rio +20 por  
2193 todo o processo. E que o seu papel seria o de pensar uma forma de  
2194 acolhimento, alimentação, acomodação, o tempo de apresentação  
2195 nas atividades, as suas falas, tudo isso teria que ficar claro para não  
2196 ocorrer frustração. E que a preocupação maior seria com os povos  
2197 que viviam mais dentro da aldeia e não tinham muito contato com a  
2198 cidade. **O Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cultura,**  
2199 **Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** disse estar sabendo que a SCDC  
2200 estaria organizando um tradicional encontro no ambiente do Rio de  
2201 Janeiro, no espaço do Galpão da Cidadania. Mas havia outros  
2202 encontros na programação que estaria articulado no âmbito dos

2203 demais encontros de movimento social que iria acontecer ao longo  
2204 da Rio +20. **O Senhor Sérgio Mamberti, Secretário da Secretaria**  
2205 **de Políticas Culturais** informou que relacionada à parte esportiva  
2206 haveria jogos com o Senhor Marcos Terena e no Aterro estaria o  
2207 Acampamento Terra Livre. Informou que as duas organizações o  
2208 ministério estaria mais ligados a essas atividades nesses espaços.  
2209 Informou que o Senhor Kretan estaria na organização no  
2210 Acampamento Terra Livre. **A Senhora Maria das Dores Conceição**  
2211 **Pereira do Prado (Dora), Povos Indígenas** ressaltou que uma das  
2212 coisas que o conselho havia priorizado, por já ter sofrido com isso,  
2213 seria a pouca participação no momento em que se tinha a  
2214 disponibilidade do acesso direto do representante do segmento no  
2215 conselho. Porque se o CNPC prioriza os assentos teria que priorizar  
2216 os contatos dos trabalhos, porque estaria ficando furada a condição  
2217 do conselheiro em não saber quais seriam os parentescos dele que  
2218 iriam atuar no processo, para com isso fazer uma articulação em  
2219 nome do conselho, em nome do MinC. E que o objetivo do CNPC  
2220 seria o de priorizar o seu pleito, a sua plenária de representação da  
2221 sociedade civil/MinC. E já que estava havendo interlocuções, para a  
2222 Rio +20, a fusão de setores que, no caso, o CNPC teria que fazer  
2223 valer a consideração do assento da representação presente no  
2224 conselho, em nome do ministério e não só da sociedade civil. **O**  
2225 **Senhor Sérgio Mamberti, Secretário da Secretaria de Políticas**  
2226 **Culturais** informou que a única coisa que sabia que estava definida  
2227 seria o Espaço Gastronômico, mas que com relação à programação  
2228 não teria nada definido ainda. **O Senhor Secretário-Executivo do**  
2229 **Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da Mesa** informou  
2230 que o ministério continuava aberto para sugestões e que teriam  
2231 vários problemas para se pensar na programação de atividades no  
2232 Rio, mas que o principal problema estaria sendo a hospedagem. Os  
2233 hotéis estariam todos bloqueados para a ONU e que o ministério  
2234 estaria conseguindo hospedagens alternativas para a própria equipe  
2235 do MinC que iria trabalhar nas atividades e teria ainda vários  
2236 encontros que estariam pendentes como o da CGLU, Cidades e  
2237 Governos Locais Unidos, que iriam estar presentes com duzentos  
2238 representantes governamentais e governos locais. **O Senhor Sérgio**  
2239 **Mamberti, Secretário da Secretaria de Políticas Culturais**  
2240 ressaltou que o Américo na reunião do dia seguinte poderia dar mais

2241 esclarecimento de como será a da programação da Rio +20. **O**  
2242 **Senhor Isaac Farias Loureiro, Culturas Populares** manifestou-se  
2243 dizendo que entendiam a importância do debate e que estariam se  
2244 perguntando por que não estariam envolvidos na discussão das  
2245 ações. Porque para o Campo da Cultura Tradicional e Popular teriam  
2246 o entendimento maduro de que as expressões da Cultura Popular  
2247 teriam vinculado direto e profundo com o ambiente natural. Informou  
2248 que era do Pará e que lá a maioria das manifestações tradicionais e  
2249 dos povos tradicionais guardavam o respeito e o cuidado com a  
2250 natureza, refletindo no seu fazer cultural a relação umbilical. E que  
2251 era um grande desejo da área de Culturas Populares participar do  
2252 debate, fazer parte da Rio +20, fazendo às apresentações, as  
2253 manifestações, a parte lúdica, o envolvimento pelo encantamento,  
2254 mas seria bom também discutir as resoluções, as questões que  
2255 envolvem as políticas de sustentabilidade, os compromissos que os  
2256 governos assumiriam ou não em relação às ações para conservar e  
2257 proteger o meio ambiente, porque o segmento dependia dele  
2258 diretamente e que sem o ambiente não haveria futuro para as  
2259 comunidades tradicionais, para os povos de cultura tradicional. Que  
2260 a existência material dessas comunidades, desses povos existia em  
2261 função do solo e da biodiversidade do seu habitat. E finalizou  
2262 dizendo que essa era a preocupação e o interesse em participar do  
2263 debate de forma mais qualificada possível. **O Senhor Secretário-**  
2264 **Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e Presidente da**  
2265 **Mesa** manifestou-se dizendo que essa discussão tinha um futuro  
2266 enorme, a seu ver seria uma das mais importantes feitas no  
2267 momento no mundo e que, felizmente, o Brasil, de novo, seria o  
2268 protagonista. Que a oportunidade da Rio +20 acontecer no Brasil  
2269 dava a oportunidade do protagonismo e o Brasil teria que aproveitar  
2270 esse momento para mostrar, também, a capacidade de liderança que  
2271 o Brasil teria na discussão de um tema fundamental para o mundo  
2272 inteiro e com pouca oportunidade de ser colocado. E o momento da  
2273 Rio +20 seria muito importante ser aproveitado. Em seguida informou  
2274 que passaria ao outro ponto da ordem do dia. Ressaltou que estaria  
2275 acompanhando o trabalho de elaboração do PROCULTURA na  
2276 Câmara, com o Deputado Pedro Eugênio. Informou que o projeto  
2277 havia amadurecido bastante e iria para a etapa de votação na  
2278 Comissão de Finanças e após iria ao plenário, mas que seria

2279 terminativo na comissão. Mas que ainda podia na comissão vir a ser  
2280 emendado, sujeito a ter emendas, mas de qualquer maneira estaria  
2281 em trâmite. O que seria fundamental o conselho tomar conhecimento  
2282 seria de que teria ocorrido uma evolução no PROCULTURA, a  
2283 evolução teria ocorrido com a área econômica do governo e isso  
2284 seria um passo decisivo para depois ser realmente um projeto que  
2285 iria valer, sem vetos. Que com relação ao Vale Cultura o grande  
2286 empecilho atual seria uma emenda incluindo os aposentados. Que  
2287 nada havia de contrário aos aposentados, mas isso fazia com que a  
2288 votação e depois o sancionamento do Projeto do Vale Cultura tivesse  
2289 que passar por um debate devido à necessidade de se ouvir a  
2290 Previdência. E que a possibilidade da Previdência aceitar, de  
2291 estender o benefício a todos os aposentados brasileiros seria muito  
2292 próxima de zero. E o ônus da decisão de excluir os aposentados do  
2293 Vale Cultura recairia sobre o governo, infelizmente a Presidenta  
2294 Dilma. Informou que havia uma chance desse assunto ser  
2295 rediscutido no Congresso e por esse motivo a Ministra Ana teria  
2296 combinado de que na Reunião no Senado, com o Presidente Marco  
2297 Maia e posteriormente seria feito um trabalho com os líderes para ver  
2298 se seria possível um acordo. Informou que desde de outubro do ano  
2299 passado já havia o sinal verde da Presidenta para tocar essa pauta  
2300 no Congresso e que o ano de 2012 seria o ano da grande  
2301 oportunidade de aprovar o Vale Cultura, o que seria um salto muito  
2302 importante para todas as outras conquistas que estaria se tendo.  
2303 Ressaltou que não havia nenhuma restrição ao Vale Cultura no  
2304 Congresso, nem no governo, nem na presidência, nem na Fazenda e  
2305 o que estaria faltando seria, apenas, ajustar a questão dos  
2306 aposentados. Informou que a questão referente às PECs iria informar  
2307 na reunião do dia seguinte e a questão do Direito Autoral também  
2308 deixaria para o Secretário Peixe comentar, mas que o projeto estaria  
2309 no GIPI, Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual e que  
2310 estaria, agora, na área jurídica da Casa Civil, passando pelo crivo da  
2311 jurídica para depois ser remetido a Câmara. Após isso senão  
2312 houvesse nenhum conflito entre os ministérios sobre os temas ali  
2313 colocados o projeto seguiria ao Congresso Nacional. Que com  
2314 relação ao orçamento seria curto para dar todos os informes e não  
2315 teria condições de dar detalhamento do Orçamento do MinC. O que  
2316 poderia fazer seria preparar um material a ser enviado a todos com

2317 uma síntese geral do orçamento. Disse que fazia muita questão de  
2318 fazer isso porque uma das coisas mais difíceis de ter informação  
2319 fidedigna da imprensa seria sobre o orçamento, porque mesmo o  
2320 repórter não estando mal intencionado teria dificuldades de entender  
2321 o orçamentez. Informou que no ano passado teria sido feito o maior  
2322 percentual de execução orçamentária que já se tinha feito no MinC, e  
2323 um dos melhores da Esplanada, 98,98%. E trinta dias O Globo  
2324 publicou na capa do segundo caderno, uma página inteira, dizendo  
2325 que o MinC não tinha 20% de execução orçamentária. Isso  
2326 aconteceu porque o repórter havia coletado dados errados com  
2327 relação ao assunto. Mas na realidade não tinha nenhuma relação  
2328 com o momento do MinC naquela hora, que já tinha mais de 70% do  
2329 orçamento executado no Fundo, na Administração Direta, uma média  
2330 boa entre todas as áreas do ministério. Ressaltou que na época não  
2331 teria havido a necessidade de se passar por esse desgaste. E que  
2332 por ter sido capa do jornal O Globo teria ido parar em todas as redes  
2333 sociais. Ressaltou que fazia questão de passar as informações ao  
2334 conselho para irem fazendo a conferência. O que se teria no ano  
2335 corrente seria a expectativa de ter liberado o vale despesas  
2336 discricionárias, que seriam todas as despesas de investimento dos  
2337 programas do MinC e de manutenção, R\$ 920 milhões, essa seria a  
2338 expectativa. Que já teria autorizado pelo Ministério da Fazenda o teto  
2339 de R\$ 798 milhões e que se iria correr atrás, ainda, da liberação de  
2340 R\$ 122 milhões para que se pudesse ter uma execução perfeita no  
2341 grupo das despesas discricionárias. E dentro disso estaria o Fundo  
2342 Nacional de Cultura com um orçamento de R\$ 256 milhões. E que  
2343 fora os R\$ 900 milhões havia no orçamento R\$ 450 milhões em  
2344 emendas parlamentares. As emendas seriam da Comissão  
2345 Parlamentar de Educação e Cultura da Câmara e do Senado e  
2346 emendas individuais dos deputados e senadores. Informou que as  
2347 emendas eram ou não liberadas, ao longo do ano, não dependendo  
2348 necessariamente do Ministério da Cultura, dependeria mais da  
2349 relação entre a SRI e o Congresso Nacional, que seria tratado entre  
2350 o governo, a Câmara e o Senado. E com relação às emendas estaria  
2351 se tentando dar um tratamento especial aos deputados, porque havia  
2352 uma grande dificuldade de colocar emenda no orçamento do  
2353 Ministério da Cultura. Informou que não gostariam que o ministério  
2354 tivesse um orçamento de emendas, porque isso fragilizaria bastante.

2355 Mas que o ministério queria, sim, ter emendas, executar as  
2356 emendas, entendendo que elas seriam demandas legítimas da  
2357 sociedade e para isso estaria se fazendo o maior esforço. Informou  
2358 que a relação de emendas sempre era uma relação de deputado ou  
2359 de senador com o governo, ocorrendo na média do que seria  
2360 prioridade para a sociedade. E que geralmente as emendas da  
2361 cultura são liberadas no mês de dezembro e com isso se teria um  
2362 tempo muito curto para confirmar a emenda. Mas que de qualquer  
2363 forma R\$ 115 milhões seriam de emendas da Comissão de  
2364 Educação e Cultura da Câmara e do Senado. Informou que além dos  
2365 R\$ 900 milhões se teria R\$ 300 milhões para a execução do  
2366 Programa Praça dos Esportes e da Cultura, recurso do PAC  
2367 Infraestrutura, que seria o fazia a cobertura da execução das  
2368 trezentos e cinquenta nove praças que estariam em construção. Que  
2369 ainda com o orçamento teria atualmente R\$ 99 milhões por fora para  
2370 o FSA e que em breve a SAV, a ANCINE e a ministra iriam anunciar  
2371 as novas linhas de financiamento, que seriam quatro, com fluxo  
2372 contínuo e o que o novo operador seria BNDRES que havia topado  
2373 fazer a operação em parceria com o BNDES e também o mesmo  
2374 fundo iria agregar na sua conta R\$ 400 milhões e que a origem do  
2375 R\$ 400 milhões seria a Lei nº 12.845 , da TV por assinatura para as  
2376 teles e as teles que entraram na operação passaram a ter que  
2377 recolher um montante para o FSA. Informou que o recolhimento já  
2378 estava se dando e a expectativa era de que até setembro o recurso  
2379 já estivesse chegando ao orçamento definitivo. Que o outro  
2380 orçamento que estaria na marca do pênalti seria o PAC das Cidades  
2381 Históricas e a expectativa era de que no ano tivesse R\$ 300 milhões  
2382 do montante total, que estaria projetado em R\$ 2 bilhões até 2014.  
2383 Podendo depois ter segmento. Informou que a principal batalha seria  
2384 a orçamentária e os esforços teriam que ser comungados. Que com  
2385 relação ao orçamento de 2012 seria importante à liberação das  
2386 emendas da comissão e que seria importante à liberação do saldo  
2387 que ainda não estava liberado de R\$ 120 milhões, porque sem eles  
2388 não iria se conseguir realizar todos os compromissos de cada área  
2389 no seu orçamento, principalmente os custos de manutenção e  
2390 operação das vinculadas. Informou que a batalha do MinC é que se  
2391 deveria começar a discutir a LOA de 2013, pois a hora seria essa.  
2392 Outra questão é que precisaria encontrar uma fórmula, o



2393 PROCULTURA poderia dar essa oportunidade, estaria sendo  
2394 discutido com o Secretário Peixe e o Deputado Pedro Eugênio, a  
2395 possibilidade de ter um recurso especial para a transferência Fundo  
2396 a Fundo. E que senão houver um recurso especial não se  
2397 conseguiria fazer as operações com os programas já existentes.  
2398 Porque o recurso, hoje, do Fundo ele sustenta o Cultura Viva, 70%  
2399 do Programa Cultura Viva. Que embora a maior parte do recurso  
2400 seja para conveniamento com estados e municípios não se poderia  
2401 tirar ele e colocar numa nova relação de investimento Fundo a  
2402 Fundo, porque inviabilizaria a manutenção dos convênios. E que  
2403 dentro do Fundo os recursos eram distribuídos em ações  
2404 orçamentárias, por linhas orçamentárias. E que, no caso, a  
2405 necessidade de se conquistar o recurso Fundo a Fundo era uma luta  
2406 importante, não chegaria ao ministério só com o desejo, só chegando  
2407 nas portas da Secretaria de Orçamento Federal. Precisaria de uma  
2408 mobilização dos municípios já dentro do sistema e também precisaria  
2409 por parte do ministério um esforço de elaborar fórmulas de como isso  
2410 iria acontecer, a coerência da fórmula, a legalidade e tudo o mais.  
2411 Ressaltou que era isso basicamente que teria a colocar e se colocou  
2412 à disposição para qualquer esclarecimento necessário. E que a  
2413 expectativa de execução plena, orçamentária, tirando os custos de  
2414 pessoal, nunca falado, sem as despesas obrigatórias que não  
2415 contaria, seria de R\$ 1 bilhão, 640 milhões. Podendo entrar, iria  
2416 entrar mais R\$ 400 milhões do FSA e R\$ 300 milhões do PAC das  
2417 Cidades Históricas. E que se esses recursos entrassem, para a  
2418 execução orçamentária, seria um valor acima de R\$ 2 bilhões e 300  
2419 milhões de reais. Informou que para efeito de comparação esse ano  
2420 teria sido R\$ 1 bilhão, 779 milhões e o ano de 2010 R\$ 1 bilhão e 69  
2421 e nove milhões. Ressaltou que essa era uma ação importante do  
2422 conselho saber. Informou que em toda área do governo em 2011  
2423 havia sofrido um corte, mas que mesmo assim o orçamento do MinC  
2424 teria ficado no mesmo patamar alçando em 2010. Seria preciso  
2425 aumentar, mas o patamar teria ficado o mesmo. Uma parte estaria  
2426 sendo aumentada com as inovações, Fundo do Audiovisual, Pacto  
2427 das Cidades Históricas, Praças de Esportes e da Cultura. Seria  
2428 necessário aumentar nas discricionárias, sim, e o caminho das  
2429 pedras para realização das políticas que todos batalhavam seria o  
2430 Fundo Nacional de Cultura. Seria aonde iria se buscar o incremento

2431 para aumentar a quantidade de políticas e investimentos. E o  
2432 aumento do Fundo Nacional de Cultura estaria diretamente ligado à  
2433 fórmula atual que o Deputado Pedro Eugênio estaria propondo no  
2434 PROCULTURA, que seria buscar uma redução da diferença entre o  
2435 montante executado nas Leis de Incentivo e o Fundo Nacional de  
2436 Cultura. Que no ano passado o ministério havia executado R\$ 1  
2437 bilhão e 290 milhões, quase R\$ 1, 3 bilhões na renúncia fiscal, nas  
2438 Leis de Incentivo, somando a Lei do Audiovisual e a Lei Geral, a Lei  
2439 Rouanet e o orçamento do Fundo Nacional de Cultura, embora sem  
2440 contingenciamento, no ano passado, teria sido de R\$ 205 milhões  
2441 para R\$ 1 bilhão, 290 milhões. Informou que o teto da Lei Rouanet  
2442 para o ano de 2012 seria de R\$ 1 bilhão, 690 milhões que,  
2443 possivelmente, iria se atingir esse teto. Que não era intenção do  
2444 ministério baixar o teto e nem prejudicar a lei, que ela continuasse  
2445 como estava. O problema é que não poderia ter uma disparidade tão  
2446 grande entre um instrumento e o outro, porque seriam  
2447 complementares. Porque quando a estrutura de orçamento do  
2448 Ministério da Cultura foi pensada, elaborada, formulada em lei teria  
2449 sido formulada imaginando a existência de um equilíbrio. Assim  
2450 como teria que ter o Incentivo Fiscal para que o mercado pudesse  
2451 acolher o apoio do governo para se desenvolver no setor estratégico,  
2452 precisaria ter um investimento direto no Fundo Nacional de Cultura.  
2453 Ressaltou que o assunto era extenso e que seria necessário marcar  
2454 uma reunião só para esclarecimento do assunto. E que as diretrizes  
2455 colocadas no Plano Nacional de Cultura teriam que ser executadas e  
2456 seriam fiscalizadas pelos órgãos de controle e a gestão teria que  
2457 obedecer a essa fiscalização. Finalizou agradecendo a atenção de  
2458 todos. **O Senhor Isaac Farias Loureiro, Culturas Populares**  
2459 manifestou-se agradecendo a disponibilidade do Secretário Vitor na  
2460 tentativa de colocar todos a par das questões, mas todos estariam  
2461 sentindo falta de um relato sistematizado, porque seria muita  
2462 informação e seria muito difícil conseguir fixar todo o volume de  
2463 informação somente através da oralidade, mesmo sendo da tradição  
2464 oral. Sugeriu que as informações fossem sistematizadas na forma de  
2465 documentos por lhe interessaria muito a tramitação dos projetos,  
2466 inclusive o PROCULTURA. **O Senhor João Roberto do**  
2467 **Nascimento (Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa**  
2468 informou que a tramitação dos projetos iria ser entregue aos

2469 conselheiros na reunião do dia seguinte. **O Senhor Isaac Farias**  
2470 **Loureiro, Culturas Populares** manifestou-se dizendo que o outro  
2471 assunto ainda não resolvido seria sobre a participação da sociedade  
2472 civil na Comissão do Fundo Nacional de Cultura. A Portaria do  
2473 Regimento do Fundo já havia sido publicada em dezembro e não  
2474 havia nenhuma indicação, que permanecia a Comissão do Fundo  
2475 restrita a representação governamental. E que todos gostariam de  
2476 saber por que o regimento não havia incorporado à proposta de  
2477 garantir a participação da sociedade civil, pelo menos, na avaliação  
2478 das prioridades, porque haviam sido discutidos na plenária do  
2479 conselho os critérios gerais, mas não havia sido discutida a  
2480 priorização, coisa que só havia sido discutida em 2010. **O Senhor**  
2481 **Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz e**  
2482 **Presidente da Mesa** manifestou-se dizendo que uma das coisas  
2483 positivas teria sido a ampliação da transparência dos investimentos  
2484 do Fundo, não havia nem reunião da comissão do fundo há dois  
2485 anos atrás, o que já seria uma evolução. Informou que todos os  
2486 dirigentes e secretários haviam, um dia, sentado para uma reunião e  
2487 discutindo, e mesmo que esteja no regimento da secretaria,  
2488 apresentado no dia da PLOA, o projeto, a proposta ao Fundo teria  
2489 que ser validada na reunião e isso gerava uma transparência ao  
2490 ministério. Informou que o que estava garantido era a participação do  
2491 conselho na definição das diretrizes e que a participação do conselho  
2492 na Comissão do Fundo ou de outros representantes dependeria de  
2493 uma fórmula executiva muito difícil de ser levada à prática. Porque a  
2494 atividade executiva seria cotidiana, embora os recursos sejam  
2495 aprovados na reunião da Comissão do Fundo realizadas uma vez  
2496 por mês e, portanto, seria muito difícil operacionalizar isso. A não ser  
2497 a experiência do PROCULTURA em 2010, houvesse outro recurso,  
2498 que isso que teria sido a experiência que se seria a de se imaginar  
2499 que o PROCULTURA tivesse sido aprovado e que existisse R\$ 300  
2500 milhões para investimentos nas áreas. E aí teriam sido chamados os  
2501 comitês técnicos de cada área para que os comitês fizessem uma  
2502 proposição de ações até, então, não desenvolvidas. E que aí  
2503 surgiram os projetos chamados de projetos do PROCULTURA que  
2504 acabou os editais sendo abertos e aí o ministério teve que cumprir o  
2505 compromisso dos R\$ 60 milhões que não existiam no orçamento e  
2506 teria sido muito difícil de encaixar no orçamento de 2011, 30% do

2507 fundo com compromisso anterior. Informou que se a Lei do  
2508 PROCULTURA fosse aprovada e garantida à incorporação de um  
2509 recurso especial ao Fundo, não haveria o maior problema a  
2510 metodologia dos comitês técnicos. Mas que, hoje, isso não seria  
2511 possível ser analisado pelos comitês técnicos. Que o que existia mal  
2512 daria para atender os compromissos já existentes, como o Cultura  
2513 Viva, a área de Economia Criativa, os editais tradicionalmente  
2514 realizados. Ressaltou que o recurso existente no fundo não daria  
2515 margem de operação. Que conseguiria incluir alguma coisa  
2516 extraordinária e R\$ 256 milhões de Fundo não daria para fazer nada.  
2517 Informou não ser contra a metodologia, mas ela seria impossível de  
2518 ser aplicada no momento. E que por isso a batalha orçamentária  
2519 teria que ser realizada conjuntamente. Informou que a metodologia  
2520 para elaboração do orçamento teria sido alterada e a do PPA  
2521 também. Ressaltou que a situação econômica do ministério teria  
2522 uma grande tendência a melhorar e a situação melhorando seria  
2523 fundamental para 2013/2014. Finalizou dizendo ser isso o que tinha  
2524 a ser apresentado. **O Senhor João Roberto do Nascimento**  
2525 **(Peixe), Secretário-Geral e Presidente da Mesa** comunicou que já  
2526 eram 20h30, que o teto teria sido 20h, sugeriu que os trabalhos  
2527 fossem suspensos e retomando-a no dia seguinte às 9h. Finalizou a  
2528 reunião agradecendo a colaboração e a participação de todos,  
2529 desejou boa noite a todos.

2530

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537